



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/PF

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 08200.023004/2019-30

**AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS (RPAS)
EQUIPADOS COM CÂMERAS TERMAIS E SISTEMAS DE GPS DE ALTA PRECISÃO, A
SEREM UTILIZADAS NO ÂMBITO DA DIRETORIA TÉCNICO – CIENTÍFICA DA POLÍCIA
FEDERAL – DITEC/PF**

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO.

1.1. A Diretoria Colegiada da ANAC aprovou na data de 02/05/2017, o regulamento especial para utilização de aeronaves não tripuladas, popularmente chamadas de drones. Trata-se do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial – RBAC –E nº 94) que foi publicada no Diário Oficial da União.

1.2. O objetivo é tornar viáveis as operações desses equipamentos, preservando-se a segurança das pessoas. A instituição das regras também contribuirá para promover o desenvolvimento sustentável e seguro para o setor.

1.3. O normativo foi elaborado levando-se em conta o nível de complexidade e de risco envolvido nas operações e nos tipos de equipamentos. Alguns limites estabelecidos no novo regulamento seguem definições de outras autoridades de aviação civil como *Federal Aviation Administration (FAA)*, *Civil Aviation Safety Authority (CASA)* e *European Aviation Safety Agency (EASA)*, reguladores dos Estados Unidos, Austrália e da União Europeia, respectivamente.

1.4. As operações de aeronaves não tripuladas (de uso recreativo, corporativo, comercial ou experimental) devem seguir as novas regras da ANAC, que são complementares aos normativos de outros órgãos públicos como o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

1.5. O termo "drone" é utilizado popularmente para descrever qualquer aeronave (ou mesmo outro tipo de veículo) que possua alto grau de automatismo. A ANAC optou pelos seguintes termos:

- Aeronave Remotamente Pilotada (*Remotely-Piloted Aircraft – RPA*) significa a aeronave não tripulada pilotada a partir de uma estação de pilotagem remota com finalidade diversa de recreação;
- Estação de Pilotagem Remota (*Remote Pilot Station – RPS*) significa o componente do RPAS contendo os equipamentos necessários à pilotagem da RPA;
- Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (*Remotely-Piloted Aircraft System – RPAS*) significa a RPA, sua(s) RPS, o enlace de pilotagem e qualquer outro componente, como especificado no seu projeto.

1.6. As RPA de uso comercial, corporativo ou experimental foram categorizadas em três classes, de acordo com o peso máximo de decolagem do equipamento.

- Classe 1, acima de 150 kg,
- Classe 2, acima de 25kg e abaixo ou igual a 150 kg e,
- Classe 3, abaixo ou igual a 25 kg.

1.7. A norma determina que as RPA Classe 3 que operem além da linha de visada visual (BVLOS) ou acima de 400 pés (120m) deverão ser de um projeto autorizado pela ANAC e precisam ser registradas e identificadas com suas marcas de nacionalidade e matrícula. As RPA dessa classe que operarem em até 400 pés (120m) acima da linha do solo e em linha de visada visual (operação VLOS) não precisarão ser de projeto autorizado, mas deverão ser cadastradas na ANAC por meio do sistema SISANT, apresentando informações sobre o operador e sobre o equipamento. As RPA com até 250g não precisam ser cadastrados ou registrados, independentemente de sua finalidade (uso recreativo ou não).

1.8. As operações de RPA por órgãos de segurança pública, de polícia, de fiscalização tributária e aduaneira, de combate a vetores de transmissão de doenças de defesa civil e do corpo de bombeiros, ou de operador a serviço de um desses, são permitidas pela ANAC sem observar os critérios de distanciamento das áreas distantes de terceiros. Essas operações devem ocorrer sob total responsabilidade do órgão ou operador e possuir avaliação de risco operacional. Devem também obedecer as regras de utilização do espaço aéreo estabelecidas pelo DECEA.

1.9. Este estudo visa à aquisição de RPAS para RPA da Classe 3 com os respectivos acessórios a serem utilizados nas atividades da Área de Perícias Externas do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal – APEX/DPER/INC/DITEC/PF.

1.10. Para atender aos requisitos mínimos de eficiência e qualidade nos exames periciais relacionados a crimes de meio ambiente, engenharia legal e local de crime é imprescindível a utilização de equipamentos para obtenção e tratamento de imagens dos locais.

1.11. Nesse sentido a DITEC, por meio da APEX/DPER/INC/DITE/PF incluiu em seu planejamento a aquisição dos seguintes equipamentos para a obtenção dos dados em locais de crimes: Dois tipos de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas equipados com sistemas de GPS de alta precisão e câmeras termais e kit de peças sobressalentes, conforme descrito na seção 2 deste documento.

2. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO MATERIAL E METODOLOGIA DE CONTRATAÇÃO.

As quantidades a serem distribuídas no âmbito da DITEC/PF estão descritas na tabela a seguir:

ITEM	OBJETO	UNID	QUANTIDADE	VALOR EM R\$

1	Aeronave Remotamente Pilotada ZOOM 30X, thermal+ RTK	Unid	4	1.233.716,00
2	Aeronave Remotamente Pilotada com zoom digital de 3x	Unid	6	251.256,00
TOTAL				1.050.915,00

2.1 - DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1.1. ITEM 1: AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - INTEGRADA COM ZOOM, SENSOR TÉRMICO DUPLO (30HZ) E GPS RTK, composta com todos os itens abaixo discriminados:

Especificação:

- 2.1.1.1. Resistente à água e a interferências eletromagnéticas com proteção IP43;
- 2.1.1.2. A aeronave deverá possuir Estabilizador inferior duplo capaz de fixar dois sistemas de câmeras simultâneos;
- 2.1.1.3. Baterias recarregáveis com tecnologia Lítio-Polímero;
- 2.1.1.4. A AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA deve estar homologada, junto a ANATEL, de acordo com as normas vigentes;
- 2.1.1.5. Sistema de controle capaz de retornar o equipamento para o local de decolagem;
- 2.1.1.6. Sistema de controle capaz de retornar o equipamento para o local de decolagem ou de rádio controle em caso de falha no sistema – FAILSAFE;
- 2.1.1.7. Rádio Controle (RC) com suporte para tela/monitor de, no mínimo, “7” e, no máximo, “9”;
- 2.1.1.8. Sistema sensorial que evita, automaticamente, colisões com obstáculos;
- 2.1.1.9. Autonomia de bateria de até 30 minutos, no mínimo, ou mais, sem a necessidade de troca;
- 2.1.1.10. Capacidade de parar na posição horizontal e vertical de forma automática;
- 2.1.1.11. Teto de serviço de, no mínimo, 1600ft (AGL);
- 2.1.1.12. Raio de controle operacional de, no mínimo, 5km (levando em conta os mais diversos cenários de operações);
- 2.1.1.13. Velocidade de subida de, no mínimo, 5m/s;
- 2.1.1.14. Combinado de tecnologia GPS/GLONASS para sistemas de posicionamento via satélite;
- 2.1.1.15. A aeronave deverá possuir GNSS RTK INTEGRADO, para aplicações alta precisão. Sendo capaz de suportar fortes interferências magnéticas em ambientes com estruturas metálicas e aumento da precisão de voo a um nível de centímetro;
- 2.1.1.16. Sistema de navegação embarcado;
- 2.1.1.17. Sistema de alerta de posicionamento em tempo real sobre aeronaves tripuladas próximas.
- 2.1.1.18. Alcance do controle da aeronave e da transmissão de imagens deve ser de, no mínimo, 5 km, considerando visada direta;
- 2.1.1.19. Sistema de segurança de dados – Todos os dados transmitidos através do Drone, deverão possuir criptografia AES-256, no mínimo, garantindo a proteção de informações de missões críticas;
- 2.1.1.20. Deverá possuir um dispositivo capaz de estabilizar as imagens transmitidas do tipo GIMBAL, com suporte para lentes intercambiáveis de montagem, compensando os movimentos do DRONE;
- 2.1.1.21. Distância máxima de comunicação com rádio controle de, no mínimo, 8km, considerando visada direta (sem obstruções, livre de interferências);
- 2.1.1.22. A AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA deve ser integrada ao conjunto de câmeras com as seguintes funções (sem prejuízo da sua funcionalidade):
- 2.1.1.23. Colorida de aquisição de imagens e filmagens com ZOOM de, no mínimo, 30X ótico e resolução de, no mínimo, 1080p (FHD) se faz necessário, tendo em vista a complexidade do trabalho policial da Polícia Rodoviária Federal, em especial na área de fiscalização de trânsito, enfrentamento à criminalidade e ações de inteligência. Deve ser compatível com a aeronave ;
- 2.1.1.24. Termal de sensor duplo com as seguintes resoluções: Visual – capacidade de obtenção de imagens em Ultra High Definition (UHD – 4k) com ZOOM digital de 8X e taxa de aquisição de quadros de, no mínimo, 19mm, taxa de aquisição de quadros de 30Hzm azurácia de medição de +/- 5° C (em uma faixa aprox. de -10° à 100° C) e teto de altitude operacional de, no mínimo, 1600 ft. Este subsistema integrado, de dupla funcionalidade, se faz necessário tendo em vista um ganho diante da captura.
- 2.1.1.25. Adicionalmente, devem ser fornecidos juntamente com SISTEMA os seguintes itens abaixo relacionados:
- 2.1.1.26. 03 (três) pares de baterias extras;
- 2.1.1.27. 01 (um) Cartão micro SDXC, Classe 10 ou UHS-1 com capacidade de, no mínimo, 64 Gb de armazenamento para gravar as imagens localmente;
- 2.1.1.28. 01 (um) conjunto de hélices sobressalentes;

2.1.2. ITEM 2: AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - INTEGRADA COM SENSOR TÉRMICO DUPLO composta com todos os itens abaixo discriminados:

Especificação:

- 2.1.2.1. estrutura dobrável, compacto e portátil, podendo ser fechada para uma maior portabilidade, concedendo ao usuário facilidade de acesso e transporte;
- 2.1.2.2. Baterias recarregáveis com tecnologia Lítio-Polímero;
- 2.1.2.3. Autonomia de bateria de até 31 minutos (sem vento), no mínimo, ou mais, sem a necessidade de troca;
- 2.1.2.4. Capacidade de parar na posição horizontal e vertical de forma automática;
- 2.1.2.5. Sistema de controle capaz de retornar o equipamento para o local de decolagem ou de rádio controle em caso de falha no sistema – FAILSAFE;
- 2.1.2.6. Teto de serviço de, no mínimo, 1600ft (AGL);
- 2.1.2.7. Raio de controle operacional de, no mínimo, 8km (levando em conta os mais diversos cenários de operações); Alcance do controle da aeronave e da transmissão de imagens deve ser de, no mínimo, 8 km, considerando visada direta (sem obstruções, livre de interferências);
- 2.1.2.8. Velocidade de subida de, no mínimo, 5m/s;

2.1.2.9. Combinado de tecnologia GPS/GLONASS para sistemas de posicionamento via satélite;
 2.1.2.10. Sistema de navegação embarcado;
 2.1.2.11. A AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA deve estar homologada, junto a ANATEL, de acordo com as normas vigentes;
 2.1.2.12. Sistema de alerta de posicionamento em tempo real sobre aeronaves tripuladas próximas;
 2.1.2.13. Faixa de temperatura operacional -10 a 40 ° C;
 2.1.2.14. Armazenamento interno 24GB (protegido por senha), Micro SD até 128GB
 2.1.2.15. Termal de sensor duplo com as seguintes resoluções: Visual – capacidade de obtenção de imagens em Ultra High Definition (UHD – 4k), CÂMERA TERMOGRÁFICA, com resolução mínima de 160x120, com sensor de Microbolômetro VOx sem ventilação;
 2.1.2.16. Bateria com aquecimento próprio para climas adversos;
 2.1.2.17. Capacidade de acoplamento de acessórios modulares, tais como: Holofotes, alto-falantes e Sinal Luminoso;
 115. Sistema de segurança de dados – Todos os dados transmitidos através do Drone, deverão possuir criptografia AES-256, no mínimo, garantindo a proteção de informações de missões críticas.
 2.1.2.18. O fornecedor deve possuir o CR- Certificado de Registro junto ao Exército Brasileiro que permite a comercialização de câmeras termográficas;
 2.1.2.19. Adicionalmente, devem ser fornecidos juntamente com SISTEMA os seguintes itens abaixo relacionados:
 2.1.2.20. 03 (três) baterias extras;
 2.1.2.21. 01 (um) Cartão micro SDXC, Classe 10 ou UHS-1 com capacidade de, no mínimo, 64 Gb de armazenamento para gravar as imagens localmente;
 2.1.2.22. 01 (um) conjunto de hélices sobressalentes;

3. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, GUARDA E ARMAZENAMENTO QUE NÃO PERMITAM A DETERIORAÇÃO DO MATERIAL.

O prazo de entrega dos equipamentos será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato.

3.1 - DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

Os equipamentos que são objeto deste processo serão alocados no Instituto Nacional de Criminalística, localizado no pavimento semi-enterrado do Bloco F do INC (APEX/DPER/INC/DITEC/PF).

4. COMPATIBILIDADE DA DESPESA COM AS DIRETRIZES, OBJETIVOS, PRIORIDADES E METAS PREVISTOS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO, NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

A presente contratação, visa à aquisição de sistema de aeronaves remotamente pilotadas (RPAS), popularmente conhecidos como “drones”.

Ela está alinhada ao Objetivo Estratégico da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal no tocante ao eixo gerenciar, manter e atualizar o parque tecnológico, uma vez que tem por objetivo propiciar a atuação de excelência das unidades de criminalísticas descentralizadas.

Tal alinhamento propiciará a melhor elucidação dos crimes de meio ambiente, engenharia legal e local de crimes, a partir da coleta de informações mais detalhadas e em tempo real que, por consequência, conduzirá a maior celeridade dos laudos.

As despesas decorrentes desta aquisição correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2019 e 2020, a cargo da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal.

O valor estimado para esta aquisição será definido pela área competente da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, na realização da pesquisa de preços.

5. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

Os resultados esperados com a aquisição dos materiais são:

Maior celeridade e qualidade de informação nos crimes ambientais, de engenharia legal e locais de crime;

Aumento da eficiência e da eficácia nos trabalhos dos Peritos Criminais Federais relacionados aos crimes ambientes, de engenharia legal e locais de crime;

Economia na realização dos exames periciais, uma vez que as imagens atualizadas serão obtidas com os equipamentos adquiridos, evitando assim a compra de imagens aéreas.

5. DEMONSTRATIVO DA EXPECTATIVA DOS GASTOS A SEREM EXECUTADOS.

A expectativa dos custos dos itens constantes no estudo técnico são provenientes de consulta a fornecedores. A expectativa do custo médio total é de R\$ 909.348,00 (novecentos e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais) conforme tabela a seguir.

ITEM	OBJETO	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1	Aeronave Remotamente Pilotada ZOOM 30X, thermal+ RTK	Unid	4	308.429,00	1.233.716,00
2	Aeronave Remotamente Pilotada com zoom digital de 3x	Unid	6	41.876,00	251.256,00
TOTAL					1.050.915,00

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Assim, diante do exposto acima, entendemos ser **VIÁVEL** a contratação da solução demandada.

CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO

Perito Criminal Federal

Responsável pela APEX/DPER/INC/DITEC/PF

DESPACHO

1. Concorde com as justificativas e declarações exaradas neste Estudo Técnico Preliminar, tendo-o como motivado e em conformidade com o Inciso II, Art. 14º, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Diretor Técnico-Científico

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO, Perito(a) Criminal Federal**, em 13/12/2019, às 02:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ SPRICIGO JUNIOR, Diretor - Substituto(a)**, em 13/12/2019, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13290539** e o código CRC **F8B6C93A**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
ÁREA DE PERÍCIAS EXTERNAS – APEX/DPER/INC/DITEC/PF

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS em reais

1. QUADRO GERAL DAS COTAÇÕES DO ITEM 1 - AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA ZOOM 30X , THERMAL+ RTK , CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA DE ACORDO COM PREÇOS DE FORNECEDORES

EQUIPAMENTOS	VALORES UNITÁRIOS				QTD	VALORES UNITÁRIOS TOTAIS CONFORME TERMO DE REFERENCIA			
	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Cotação 4A		Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Cotação 4A
Drone	R\$ 109.990,00	R\$ 127.767,00	R\$ 174.100,00	R\$ 105.590,00	1	R\$ 109.990,00	R\$ 127.767,00	R\$ 174.100,00	R\$ 105.590,00
Câmera termal	R\$ 99.990,00	R\$ 141.134,00	R\$ 110.570,00	R\$ 87.690,00	1	R\$ 99.990,00	R\$ 141.134,00	R\$ 110.570,00	R\$ 87.690,00
Câmera ótica	R\$ 21.990,00	R\$ 30.937,00	R\$ 39.790,00	R\$ 22.590,00	1	R\$ 21.990,00	R\$ 30.937,00	R\$ 39.790,00	R\$ 22.590,00
Bateria	R\$ 4.490,00	R\$ 5.319,00	R\$ 5.100,00	R\$ 3.190,00	8	R\$ 35.920,00	R\$ 42.552,00	R\$ 40.800,00	R\$ 25.520,00
Total	R\$ 240.329,00	R\$ 308.429,00	R\$ 334.518,00	R\$ 229.540,00		R\$ 267.890,00	R\$ 342.390,00	R\$ 365.260,00	R\$ 241.390,00

2. QUADRO GERAL DAS COTAÇÕES DO ITEM 2 - AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA SENSOR DUPLO THERMAL E RGB DE ACORDO COM PREÇOS DE FORNECEDORES

EQUIPAMENTOS	VALORES UNITÁRIOS				QTD	VALORES UNITÁRIOS TOTAIS CONFORME TERMO DE REFERENCIA			
	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Cotação 4B		Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Cotação 4B
Drone	R\$ 29.990,00	R\$ 33.728,00	R\$ 38.595,00	R\$ 23.590,00	1	29.990,00	33.728,00	38.595,00	23.590,00
Bateria	R\$ 1.190,00	R\$ 2.090,00	R\$ 1.395,00	R\$ 1.099,00	4	4.760,00	8.360,00	5.580,00	4.396,00
Total	R\$ 31.180,00	R\$ 35.818,00	R\$ 39.990,00	R\$ 24.689,00		34.750,00	42.088,00	44.175,00	27.986,00

3. QUADRO GERAL DAS COTAÇÕES DO ITEM 1 - AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA ZOOM 30X , THERMAL+ RTK , CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA DE ACORDO COM O SISTEMA COMPRASNET

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor unitário
32.519.346/0001-97	GASKAM COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL EIRELI	R\$ 147.085,54
63.305.585/0001-78	PIRAMIDE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 184.388,28
11.198.486/0001-30	BRASIL AEROSPAACIAL INDUSTRIA DE VEICULOS AEREOS NAO TR	R\$ 246.149,00
24.925.416/0001-89	REYCOMEX NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI	R\$ 246.749,99
14.813.219/0001-14	Bembras Integração e Engenharia EIRELI	R\$ 254.900,00
14.506.766/0001-57	IRMAOS ARAUJO TECNOLOGIA LTDA	R\$ 255.013,00

4. QUADRO GERAL DAS COTAÇÕES DO ITEM 2 - AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA SENSOR DUPLO THERMAL E RGB DE ACORDO COM O SISTEMA COMPRASNET

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor unitário
63.305.585/0001-78	PIRAMIDE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 24.998,50
02.602.747/0001-45	DIGISERVI TRADING LTDA - ME	R\$ 25.000,00
24.925.416/0001-89	REYCOMEX NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI	R\$ 29.353,99
16.888.205/0001-95	2EA TECNOLOGIA EM INFORMATICA E TELEFONIA LTDA - ME	R\$ 29.354,00
14.813.219/0001-14	Bembras Integração e Engenharia EIRELI	R\$ 29.390,00
14.506.766/0001-57	IRMAOS ARAUJO TECNOLOGIA LTDA	R\$ 29.406,00

5. ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS PREÇOS COM BASE NA PORTARIA Nº 804/MJ, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

5.1. ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS PREÇOS DO ITEM 1 - AERONAVE

REMOTAMENTE PILOTADA ZOOM 30X, THERMAL + RTK

Número da cotação	CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor unitário
1	32.519.346/0001-97	GASKAM COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL EIRELI	R\$ 147.085,54
2	63.305.585/0001-78	PIRAMIDE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 184.388,28
3	11.198.486/0001-30	BRASIL AEROESPACIAL INDUSTRIA DE VEICULOS AEREOS NAO TR	R\$ 246.149,00
4	24.925.416/0001-89	REYCOMEX NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI	R\$ 246.749,99
5	14.813.219/0001-14	Bembras Integração e Engenharia EIRELI	R\$ 254.900,00
6	14.506.766/0001-57	IRMAOS ARAUJO TECNOLOGIA LTDA	R\$ 255.013,00

Número de itens (n)		6
Média Aritmética Σ Preço/n		222.380,27
Desvio Padrão $\sqrt{\text{Variância}}$	(+/-)	45.593,75

X - σ (variância padrão de preços):	(+/-)	176.787,22	267.974,72
--	-------	------------	------------

5.1.1. Exclusão de propostas inexequíveis e excessivamente elevadas considerando o método do desvio padrão:

Número da cotação	Limite Inferior (média - desvio)	Cotação (R\$)	Limite Superior (média + desvio)	Observações
1	176.787,22	147.085,54	267.974,72	Abaixo do limite inferior
2	176.787,22	184.388,28	267.974,72	Dentro dos limites
3	176.787,22	246.149,00	267.974,72	Dentro dos limites
4	176.787,22	246.749,99	267.974,72	Dentro dos limites
5	176.787,22	254.900,00	267.974,72	Dentro dos limites
6	176.787,22	255.013,00	267.974,72	Dentro dos limites
Média dos valores que se encontram dentro dos limites dos preços		237.440,05		

5.2. ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS PREÇOS ITEM 2 - AERONAVE
REMOTAMENTE PILOTADA SENSOR DUPLO THERMAL E RGB

Número da cotação	CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor
1	63.305.585/0001-78	PIRAMIDE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 24.998,50
2	02.602.747/0001-45	DIGISERVI TRADING LTDA - ME	R\$ 25.000,00
3	24.925.416/0001-89	REYCOMEX NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI	R\$ 29.353,99
4	16.888.205/0001-95	2EA TECNOLOGIA EM INFORMATICA E TELEFONIA LTDA - ME	R\$ 29.354,00
5	14.813.219/0001-14	Bembras Integração e Engenharia EIRELI	R\$ 29.390,00
6	14.506.766/0001-57	IRMAOS ARAUJO TECNOLOGIA LTDA	R\$ 29.406,00

Número de itens (n)		6
Média Aritmética Σ Preço/n		27.917,08
Desvio Padrão $\sqrt{\text{Variância}}$	(+/-)	2.260,23

X - σ (variância padrão de preços):	(+/-)	25.656,85	30.177,32
--	-------	-----------	-----------

5.2.1. Exclusão de propostas inexequíveis e excessivamente elevadas considerando o método do desvio padrão:

Número da cotação	Limite Inferior (média - desvio)	Cotação (R\$)	Limite Superior (média + desvio)	Observações
1	25.656,85	24.998,50	30.177,32	Abaixo do limite inferior
2	25.656,85	25.000,00	30.177,32	Abaixo do limite inferior
3	25.656,85	29.353,99	30.177,32	Dentro dos limites
4	25.656,85	29.354,00	30.177,32	Dentro dos limites
5	25.656,85	29.390,00	30.177,32	Dentro dos limites
6	25.656,85	29.406,00	30.177,32	Dentro dos limites
Média dos valores que se encontram dentro dos limites dos preços		29.376,00		

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA DE PREÇO

6.1. A pesquisa de preços foi realizada de de acordo com a Instrução Normativa nº 5, de 27 de

junho de 2014 (alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017) e a Portaria nº 804, de 13 de novembro de 2018 do Ministério da Justiça.

6.2. Considerando os itens I, II e IV do artigo 2º da IN 5/2014, alterada pela IN 03/2017 e os itens I, II e IV do artigo 2º da Portaria nº 804/2018-MJSP as pesquisas de preços foram realizadas junto ao Painel de Preços, ao Sistema Comprasnet e a fornecedores, conforme mostrado nos documentos 12665135, 12665136, 12665137, 12665138, 12665139 e 13290954, dos quais foram extraídos os dados constantes nos itens 1 a 4 deste documento.

6.3. As colunas "Valores unitários totais" das tabelas constantes nos itens 1 e 2 dizem respeito aos preços calculados de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

6.4. Embora o § 1º a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014 (alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017) permita a utilização de forma combinada dos parâmetros descritos no artigo 2º da IN 5/2014, alterada pela IN 03/2017 e os itens I, II e IV do artigo 2º da Portaria nº 804/2018-MJSP, considerou-se para o cálculo do preço de referência apenas a pesquisa de preços conforme o item I do artigo 2º da IN 5/2014, alterada pela IN 03/2017 e o item I do artigo 2º da Portaria nº 804/2018-MJSP, visto que os preços estão mais consistentes, sendo mais vantajosa para a administração esta oferta de preços.

6.5. O preço de referência foi calculado de acordo com o inciso I da IN/SLTI/MP nº 5, de 2014 e suas alterações e os itens I e II do § 1º do artigo 4º da Portaria/MJ nº 804, de 13 de novembro de 2018.

6.6. Após análise crítica e exclusão dos preços excessivamente elevados e inexequíveis foi obtido o preço de referência unitário para o item 1 - AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA ZOOM 30X, THERMAL + RTK de **R\$ 237.440,05 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e cinco centavos)**, resultando em um valor total de referência de **R\$ 949.760,20 (novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e sessenta reais e vinte centavos)**.

6.7. Após análise crítica e exclusão dos preços excessivamente elevados e inexequíveis foi obtido o preço de referência unitário para o item 2 - AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA SENSOR DUPLO THERMAL E RGB de **R\$ 29.376,00 (vinte e nove mil, trezentos e setenta e seis reais)**, resultando em um valor total de referência de **R\$ 176.256,00 (cento e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais)**.

6.8. Sendo assim, a contratação proposta resulta em um valor total de referência de **R\$ 1.126.016,20 (um milhão, cento e vinte seis mil, dezesseis reais e vinte centavos)**.

CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO
Integrante Requisitante Titular



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO, Perito(a) Criminal Federal**, em 13/12/2019, às 02:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13290974** e o código CRC **C6C57CBF**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
ÁREA DE PERÍCIAS EXTERNAS – APEX/DPER/INC/DITEC/PF

NOTA TÉCNICA Nº 13291012/2019-APEX/DPER/INC/DITEC/PF

PROCESSO Nº 08200.023004/2019-30

INTERESSADO: DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/PF, SERVIÇO DE LOGÍSTICA - SELOG/DITEC/PF

Assunto: Aquisição de Aeronaves Remotamente Pilotadas RPA

1. Os Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas - Remotely Piloted Aircraft Systems - RPAS a serem adquiridos para a Perícia Criminal Federal são compostos pelas aeronaves remotamente pilotadas RPA (drone) e seus diversos componentes configurando assim um sistema adequado às necessidades da Perícia Criminal Federal, com relação à operacionalidade, condições de uso e fornecimento de informações específicas para as demandas da Perícia Criminal Federal
2. Considerando as configurações dos sistemas foram localizados preços de acordo com os itens I, II e IV do artigo 2º da IN 5/2014, alterada pela IN 03/2017 e os itens I, II e IV do artigo 2º da Portaria nº 804/2018-MJSP.
3. As pesquisas de preços realizadas junto ao Painel de Preços, ao Sistema Comprasnet e a fornecedores conforme mostrado nos documentos 12665135, 12665136, 12665137, 12665138, 12665139 e 13290954 dos quais foram extraídos os dados constantes nos itens 1 a 4 do Mapa Comparativo de Preços 13290974.
4. A metodologia utilizada para obter o preço de referência foi realizada de acordo com base no inciso IV da IN/SLTI/MP nº 5, de 2014 e suas alterações e os itens I e II do § 1º do artigo 4º da Portaria/MJ nº 804, de 13 de novembro de 2018.
5. Foram excluídos os preços excessivamente elevados e os inexequíveis e utilizada a média, conforme mostrado no Mapa Comparativo de Preços 13290974.
6. A compilação dos dados de pesquisa encontram-se descritos nos itens 1 a 4 do Mapa Comparativo de Preços 13290974., a partir das cotações 12665135, 12665136, 12665137, 12665138, 12665139 e 13290954.
7. Embora o § 1º a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014 (alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017) permita a utilização de forma combinada dos parâmetros descritos no artigo 2º da IN 5/2014, alterada pela IN 03/2017 e os itens I, II e IV do artigo 2º da Portaria nº 804/2018-MJSP, considerou-se para o cálculo do preço de referência apenas a pesquisa de preços conforme o item I do artigo 2º da IN 5/2014, alterada pela IN 03/2017 e o item I do artigo 2º da Portaria nº 804/2018-MJSP, visto que os preços estão mais consistentes, sendo mais vantajosa para a administração esta oferta de preços.
8. O preço de referência foi calculado de acordo com o inciso I da IN/SLTI/MP nº 5, de 2014 e suas alterações e os itens I e II do § 1º do artigo 4º da Portaria/MJ nº 804, de 13 de novembro de 2018.
9. O processo 08200.023004/2019-30 conta com Equipe de Planejamento da Contratação 12665128, Termo de Referência 13290990, Mapa Comparativo de Preços 13290974, Nota Técnica 13291012 assinados pelo Ordenador de Despesa e pelos membros da Equipe de Planejamento da Contratação.
10. Após análise crítica e exclusão dos preços excessivamente elevados e inexequíveis foi obtido o preço de referência unitário para o item 1 - AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA ZOOM 30X, THERMAL + RTK de **R\$ 237.440,05 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e**

cinco centavos), resultando em um valor total de referência de **R\$ 949.760,20 (novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e sessenta reais e vinte centavos)**.

11. Após análise crítica e exclusão dos preços excessivamente elevados e inexequíveis foi obtido o preço de referência unitário para o item 2 - AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA SENSOR DUPLO THERMAL E RGB de **R\$ 29.376,00 (vinte e nove mil, trezentos e setenta e seis reais)**, resultando em um valor total de referência de **R\$ 176.256,00 (cento e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais)**.

12. Sendo assim, para os preços contidos no Mapa Comparativo de Preços 13290974, após análise crítica e consequente demonstração da vantajosidade do preço, foi obtido o valor total de referência de **R\$ 1.126.016,20 (um milhão, cento e vinte seis mil, dezesseis reais e vinte centavos)**.

CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO

Perito Criminal Federal
APEX/DPER/INC/DITEC/PF



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO, Perito(a) Criminal Federal**, em 13/12/2019, às 03:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13291012** e o código CRC **7BE93E93**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
ÁREA DE PERÍCIAS EXTERNAS – APEX/DPER/INC/DITEC/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12665141/2019-APEX/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08200.023004/2019-30

1. **DO OBJETO**

1.1. Aquisição de dois Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas - Remotely Piloted Aircraft Systems - RPAS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO/CATMAT	UNIDADE DE MEDIA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	Aeronave Remotamente Pilotada ZOOM 30X, thermal+ RTK	191550	Unidade	4	949.760,20
2	Aeronave Remotamente Pilotada com zoom digital de 3x	191550	Unidade	6	176.256,00
TOTAL					1.126.016,20

1.1.1. **ITEM 1: AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - INTEGRADA COM ZOOM, SENSOR TÉRMICO DUPLO (30HZ) E GPS RTK**, composta com todos os itens abaixo discriminados:

Descrição/especificação:

Indicação de marca do RPA como referência de qualidade: DJI - Modelo Matrice 210 V2 RTK

- 1.1.1.1. Resistente à água e a interferências eletromagnéticas com proteção IP43;
- 1.1.1.2. A aeronave deverá possuir Estabilizador inferior duplo capaz de fixar dois sistemas de câmeras simultâneos;
- 1.1.1.3. Baterias recarregáveis com tecnologia Lítio-Polímero;
- 1.1.1.4. A AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA deve estar homologada, junto a ANATEL, de acordo com as normas vigentes;
- 1.1.1.5. Sistema de controle capaz de retornar o equipamento para o local de decolagem;
- 1.1.1.6. Sistema de controle capaz de retornar o equipamento para o local de decolagem ou de rádio controle em caso de falha no sistema – FAILSAFE;
- 1.1.1.7. Rádio Controle (RC) com suporte para tela/monitor de, no mínimo, “7” e, no máximo, “9”;
- 1.1.1.8. Sistema sensorial que evita, automaticamente, colisões com obstáculos;
- 1.1.1.9. Autonomia de bateria de até 30 minutos, no mínimo, ou mais, sem a necessidade de troca;
- 1.1.1.10. Capacidade de parar na posição horizontal e vertical de forma automática;
- 1.1.1.11. Teto de serviço de, no mínimo, 1600ft (AGL);
- 1.1.1.12. Raio de controle operacional de, no mínimo, 5km (levando em conta os mais diversos cenários de operações);
- 1.1.1.13. Velocidade de subida de, no mínimo, 5m/s;
- 1.1.1.14. Combinado de tecnologia GPS/GLONASS para sistemas de posicionamento via satélite;
- 1.1.1.15. A aeronave deverá possuir GNSS RTK INTEGRADO, para aplicações alta precisão. Sendo capaz de suportar fortes interferências magnéticas em ambientes com estruturas metálicas e aumento da precisão de voo a um nível de centímetro;
- 1.1.1.16. Sistema de navegação embarcado;
- 1.1.1.17. Sistema de alerta de posicionamento em tempo real sobre aeronaves tripuladas próximas.
- 1.1.1.18. Alcance do controle da aeronave e da transmissão de imagens deve ser de, no mínimo, 5 km, considerando visada direta;
- 1.1.1.19. Sistema de segurança de dados – Todos os dados transmitidos através do Drone, deverão possuir criptografia AES-256, no mínimo, garantindo a proteção de informações de missões críticas;
- 1.1.1.20. Deverá possuir um dispositivo capaz de estabilizar as imagens transmitidas do tipo GIMBAL, com suporte para lentes intercambiáveis de montagem, compensando os movimentos do DRONE;
- 1.1.1.21. Distância máxima de comunicação com rádio controle de, no mínimo, 8km, considerando visada direta (sem obstruções, livre de interferências);
- 1.1.1.22. A AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA deve ser integrada ao conjunto de câmeras com as seguintes funções (sem prejuízo da sua funcionalidade):
- 1.1.1.23. Colorida de aquisição de imagens e filmagens com ZOOM de, no mínimo, 30X ótico e resolução de, no mínimo, 1080p (FHD) se faz necessário, tendo em vista a complexidade do trabalho policial da Polícia Rodoviária Federal, em especial na área de fiscalização de trânsito, enfrentamento à criminalidade e ações de inteligência. Deve ser compatível com a aeronave ;
- 1.1.1.24. Termal de sensor duplo com as seguintes resoluções: Visual – capacidade de obtenção de imagens em Ultra High Definition (UHD – 4k) com ZOOM digital de 8X e taxa de aquisição de quadros de, no mínimo, 19mm, taxa de aquisição de quadros de 30Hzm azurácia de medição de +/- 5° C (em uma faixa aprox. de -10° à 100° C) e teto de altitude operacional de, no mínimo, 1600 ft. Este subsistema integrado, de dupla funcionalidade, se faz necessário tendo em vista um ganho diante da captura.
- 1.1.1.25. Adicionalmente, devem ser fornecidos juntamente com SISTEMA os seguintes itens abaixo relacionados:
- 1.1.1.26. 03 (três) pares de baterias extras;
- 1.1.1.27. 01 (um) Cartão micro SDXC, Classe 10 ou UHS-1 com capacidade de, no mínimo, 64 Gb de armazenamento para gravar as imagens localmente;
- 1.1.1.28. 01 (um) conjunto de hélices sobressalentes;

1.1.2. **ITEM 2: AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - INTEGRADA COM SENSOR TÉRMICO DUPLO** composta com todos os itens abaixo discriminados:

Descrição/especificação:

Indicação de marca do RPA como referência de qualidade: Mavic 2 enterprise dual ou superior

- 1.1.2.1. estrutura dobrável, compacto e portátil, podendo ser fechada para uma maior portabilidade, concedendo ao usuário facilidade de acesso e transporte;
- 1.1.2.2. Baterias recarregáveis com tecnologia Lítio-Polímero;
- 1.1.2.3. Autonomia de bateria de até 31 minutos (sem vento), no mínimo, ou mais, sem a necessidade de troca;
- 1.1.2.4. Capacidade de parar na posição horizontal e vertical de forma automática;
- 1.1.2.5. Sistema de controle capaz de retornar o equipamento para o local de decolagem ou de rádio controle em caso de falha no sistema – FAILSAFE;
- 1.1.2.6. Teto de serviço de, no mínimo, 1600ft (AGL);
- 1.1.2.7. Raio de controle operacional de, no mínimo, 8km (levando em conta os mais diversos cenários de operações); Alcance do controle da aeronave e da transmissão de imagens deve ser de, no mínimo, 8 km, considerando visada direta (sem obstruções, livre de interferências);
- 1.1.2.8. Velocidade de subida de, no mínimo, 5m/s;
- 1.1.2.9. Combinado de tecnologia GPS/GLONASS para sistemas de posicionamento via satélite;
- 1.1.2.10. Sistema de navegação embarcado;
- 1.1.2.11. A AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA deve estar homologada, junto a ANATEL, de acordo com as normas vigentes;
- 1.1.2.12. Sistema de alerta de posicionamento em tempo real sobre aeronaves tripuladas próximas;
- 1.1.2.13. Faixa de temperatura operacional -10 a 40 ° C;
- 1.1.2.14. Armazenamento interno 24GB (protegido por senha), Micro SD até 128GB
- 1.1.2.15. Termal de sensor duplo com as seguintes resoluções: Visual – capacidade de obtenção de imagens em Ultra High Definition (UHD – 4k), CÂMERA TERMOGRÁFICA, com resolução mínima de 160x120, com sensor de Microbolômetro VOx sem ventilação;
- 1.1.2.16. Bateria com aquecimento próprio para climas adversos;
- 1.1.2.17. Capacidade de acoplamento de acessórios modulares, tais como: Holofotes, alto-falantes e Sinal Luminoso;
- 1.1.2.18. Sistema de segurança de dados – Todos os dados transmitidos através do Drone, deverão possuir criptografia AES-256, no mínimo, garantindo a proteção de informações de missões críticas.
- 1.1.2.19. O fornecedor deve possuir o CR- Certificado de Registro junto ao Exército Brasileiro que permite a comercialização de câmeras termográficas;
- 1.1.2.20. Adicionalmente, devem ser fornecidos juntamente com SISTEMA os seguintes itens abaixo relacionados:
- 1.1.2.21. 03 (três) baterias extras;
- 1.1.2.22. 01 (um) Cartão micro SDXC, Classe 10 ou UHS-1 com capacidade de, no mínimo, 64 Gb de armazenamento para gravar as imagens localmente;
- 1.1.2.23. 01 (um) conjunto de hélices sobressalentes;

1.2. Os itens constantes da presente demanda foram organizados visando manter a compatibilidade dos equipamentos a serem adquiridos, de forma a otimizar a doutrina operacional, bem como robustecer a compatibilidade dos procedimentos de cadeia de custódia nas provas a serem produzidas mediante o uso dessa solução.

1.3. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão e entidade participante.

Órgão Gerenciador: Diretoria Técnico Científica da Polícia Federal - DITEC/PF					
item	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO MÁXIMA	Quantidade total
1	Aeronave Remotamente Pilotada ZOOM 30X, thermal+ RTK	Unid			
2	Aeronave Remotamente Pilotada zoom digital de 3x	Unid			

Órgão participante:					
item	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO MÁXIMA	Quantidade total
1					
2					

1.4. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão e entidade participante.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Considerando as especificidades dos equipamentos a serem adquiridos e seu uso específico

para a Perícia Criminal Federal, foi elaborado o orçamento considerando a média dos preços obtidos de acordo com a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014 (alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017) e a Portaria nº 804, de 13 de novembro de 2018 do Ministério da Justiça. O preço de referência total resultou em **R\$ 1.126.016,20 (um milhão, cento e vinte seis mil, dezesseis reais e vinte centavos)**.

2.2. Conforme consta nas tabelas do item 1, os itens constantes da presente demanda foram organizados para os respectivos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas - Remotely Piloted Aircraft Systems - RPAS.

2.3. Cabe consignar que os Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas - Remotely Piloted Aircraft Systems - RPAS a serem adquiridos para a Perícia Criminal Federal são compostos pelas aeronaves remotamente pilotadas RPA (drone) e seus diversos componentes configurando assim um sistema adequado às necessidades da Perícia Criminal Federal, com relação à operacionalidade, condições de uso e fornecimento de informações específicas para as demandas da Perícia Criminal Federal.

2.4. Sendo assim a configuração dos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas - Remotely Piloted Aircraft Systems - RPAS, visa manter a compatibilidade dos equipamentos a serem adquiridos, a uniformidade da aquisição de forma a robustecer a compatibilidade dos procedimentos de cadeia de custódia nas provas a serem produzidas mediante o uso dessa solução.

2.5. Assim, não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006, e nos arts. 6, 8 e inciso II do art. 8, do Decreto nº 8.538/2015, uma vez que os mencionados normativos dispensam o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

2.6. O ITEM 1 é composto por um sistema de drone composto por câmera termal, câmera óptica de alta resolução e sistema de posicionamento por GPS de alta precisão, cujo conjunto será utilizado para vistorias e inspeções em locais de difícil acesso, sujeitos a condições meteorológicas desfavoráveis.

2.7. O ITEM 2 é composto por um sistema de drone composto por câmera termal, câmera óptica cujo conjunto será utilizado para vistorias e inspeções em locais acesso normal, onde o custo operacional do equipamento será mais vantajoso.

2.8. Esses equipamentos se destinam a atender as atividades operacionais da Área de Perícias Externas do Instituto Nacional de Criminalística e atividades de apoio às unidades descentralizadas, mediante demanda.

2.9. Visando à otimização de uso dos equipamentos e à economia de recursos, o projeto prevê a dotação dos equipamentos no INC/DITEC, para que sejam deslocados provisoriamente para as unidades descentralizadas conforme a demanda e retornem após a emissão dos laudos, em sistema de uso rotativo.

2.10. Nesse sentido a DITEC/PF incluiu em seu planejamento a aquisição desses equipamentos para a obtenção e tratamento de imagens em locais de crimes de meio ambiente, engenharia legal e local de crime.

2.11. O presente termo sugere, ainda, a adoção do Sistema de Registro de Preço (SRP) cuja demanda encontra-se amparada pelo inciso I do artigo 3º do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

A Administração pode contratar na medida de suas necessidades e urgências uma vez que a estimativa dos materiais a serem adquiridos e utilização foi baseada em função das novas demandas relacionados a crimes de meio ambiente, engenharia legal e local de crime a serem atendidas pelos drones em todo território nacional no âmbito da DITEC. A contratação dos RPAS será de acordo com a demanda de laudos que necessitem dos serviços de aerofotogrametria por drones, uma vez que os RPAS serão utilizados em todas as regiões do país após o recebimento dos lotes e treinamento dos respectivos pilotos.

Embora não seja possível determinar a demanda de outros órgãos e entidades essa aquisição assegurará para eles maior flexibilidade na contratação administrativa e possibilitará uma maior economia de escala, uma vez que esses órgãos e entidades podem participar da mesma ata de registro de preços, adquirindo em conjunto o produto para o prazo de até um ano (potencial interesse de adesão é motivo para permitir caronas, mas não justifica a adoção do SRP, pois para tanto as necessidades de outros órgãos já deve estar no planejamento da aquisição)

2.12. Embora não seja possível determinar a demanda de outros órgãos e entidades essa aquisição assegurará para eles maior flexibilidade na contratação administrativa e possibilitará uma maior economia de escala, uma vez que esses órgãos e entidades podem participar da mesma ata de registro de preços, adquirindo em conjunto o produto para o prazo de até um ano

2.13. O órgão gerenciador, previamente à abertura do certame, deverá divulgar sua Intenção de Registro de Preços – IRP no Portal de Compras do Governo Federal.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única. Todos os bens deverão ser entregues na Diretoria Técnico-Científica - DITEC/PF no seguinte endereço: SAIS quadra 7, lote 23, edifício INC - Setor Policial Sul - Brasília/DF - CEP: 70.610-902.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e

recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e/ou inglês da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em coresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Por ser uma compra de materiais de consumo, conforme item 1.1 deste Termo de Referência, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

13. GARANTIA

13.1. O fornecedor dará garantia ao(s) equipamento(s) ofertado(s), com assistência técnica *in loco*, ou seja, no local de uso do equipamento, pelo prazo de mínimo de 12 (doze) meses.

13.2. A garantia inclui a recuperação ou substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergências nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a Administração.

13.3. Os serviços de manutenção efetuados durante o período de garantia deverão ser executados pelo fabricante ou por empresa(s) reconhecida(s) e autorizada(s) pelo fabricante, com reposição do equipamento em até 30 (trinta) dias.

13.4. Quando da necessidade de execução de qualquer prestação de serviço de manutenção durante o período de garantia, esta deverá ser prestada *in loco* mediante solicitação formal por parte da contratante.

ou por representante da Unidade da PF onde os equipamentos foram entregues ou estão em utilização.

13.5. Os equipamentos poderão ser alocados em quaisquer unidades de criminalística da Polícia Federal, locais onde deverão ser realizados os serviços de manutenção e as assistências técnicas.

13.6. Caso, durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a Administração comunicará o fato, por escrito, ao fornecedor, acordando o prazo para correção dos defeitos.

13.7. Caso esses defeitos resultem em importação de peça/parte do(s) equipamento(s), essa deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a contar da comunicação dessa necessidade à Administração.

13.8. O fornecedor deverá indicar uma ou várias empresas com sede no Brasil, com representação reconhecida e autorizada pelo fabricante e capacitadas a prestar serviços de assistência técnica durante o período de garantia e após este.

13.9. A CONTRATADA tem prazo de até 10 (dez) dias para comparecer ao local onde se encontra o equipamento, a partir da confirmação do recebimento de sua convocação, para prestar os serviços de manutenção corretiva durante o período de garantia.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília/DF, 12 de dezembro de 2019.

CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO
Integrante Requisitante Titular

ADRIANO GASPAROTTO DE OLIVEIRA
Integrante Técnico

DESPACHO

1. Concorde com as justificativas e declarações exaradas neste Termo, tendo-o como motivado e em conformidade com o Inciso II, Art. 14º, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.
2. Aprovo este Termo de Referência tendo em vista o mesmo atender ao Disposto na Legislação da modalidade de licitação Pregão eletrônico SRP.
3. Autorizo a abertura de licitação do tipo Pregão Eletrônico SRP.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Diretor Técnico-Científico

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO, Perito(a) Criminal Federal**, em 13/12/2019, às 02:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




Documento assinado eletronicamente por **LUIZ SPRICIGO JUNIOR, Diretor - Substituto(a)**, em 13/12/2019, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13290990** e o código CRC **328C4E07**.

Para: <coelho.jcfs@dpf.gov.br>





Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP



Ministério da
Economia



Área de Trabalho

Consultas

Adesão

Gestão

Apoio

12/12/2019 18:24:30

Área de Trabalho

✓

A Solicitação nº 00004/2019 foi enviada.

Órgão

30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

UASG do Gestor

200406 - DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF

Gestor

009.711.737-45 - NIVALDO PONCIO

E-mail


poncio.np@dpf.gov.br

Telefone

(61) 2024-9441

Minhas Solicitações

Solicitações Recebidas

Nº da Solicitação	UASG Licitação	Modalidade de Licitação	Licitação	Justificativa para Adesão	Situação	Ação
00004/2019	200116	Pregão Eletrônico	00010/2019	Conforme processo visando atender demandas da Polícia Federal.	Aguardando Análise	

NIVALDO PONCIO
Perito Criminal Federal
Chefe do SELOG/DITEC/PF
Telefones: 2024-9441/99594-6000

Julio Coelho

De: PCF Poncio <poncio.np@dpf.gov.br>
Enviado em: segunda-feira, 16 de dezembro de 2019 11:29
Para: coelho.jcfs@dpf.gov.br
Assunto: ENC: [SIASGnet-AtaSRP] Solicitação de Adesão Autorizada para a Ata do(a) Pregão Eletrônico 200116-00010/2019

-----Mensagem original-----

De: siasgnet-atasrp@planejamento.gov.br <siasgnet-atasrp@planejamento.gov.br>
Enviada em: segunda-feira, 16 de dezembro de 2019 11:16
Para: poncio.np@dpf.gov.br
Assunto: [SIASGnet-AtaSRP] Solicitação de Adesão Autorizada para a Ata do(a) Pregão Eletrônico 200116-00010/2019

Prezado Gestor,

O Gestor da Ata do(a) Pregão Eletrônico 200116-00010/2019 autorizou a adesão para o item Nº 2 da solicitação de adesão 200406-00004/2019.

Esta mensagem foi gerada automaticamente pelo sistema SIASGnet e não deve ser respondida.

Julio Coelho

De: PCF Poncio <poncio.np@dpf.gov.br>
Enviado em: segunda-feira, 16 de dezembro de 2019 11:29
Para: coelho.jcfs@dpf.gov.br
Assunto: ENC: [SIASGnet-AtaSRP] Solicitação de Adesão Autorizada para a Ata do(a) Pregão Eletrônico 200116-00010/2019

-----Mensagem original-----

De: siasgnet-atasrp@planejamento.gov.br <siasgnet-atasrp@planejamento.gov.br>
Enviada em: segunda-feira, 16 de dezembro de 2019 11:16
Para: poncio.np@dpf.gov.br
Assunto: [SIASGnet-AtaSRP] Solicitação de Adesão Autorizada para a Ata do(a) Pregão Eletrônico 200116-00010/2019

Prezado Gestor,

O Gestor da Ata do(a) Pregão Eletrônico 200116-00010/2019 autorizou a adesão para o item Nº 4 da solicitação de adesão 200406-00004/2019.

Esta mensagem foi gerada automaticamente pelo sistema SIASGnet e não deve ser respondida.

Sorocaba, 11 de dezembro de 2019.

Prezado Sr. Julio Coelho Ferreira de Souza

Perito Criminal Federal – Classe Especial – Matrícula nº 11.121

SELOG/DITEC – Chefe substituto

Ref: Adesão a Ata de Registro de Preços ref.

PE 10-209 - Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro

PE10/2019 - UASG 200116

Item 04

FLIR Systems Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.204.578/0001-09, por intermédio de seu diretor para a América Latina, o Sr. Macson Guedes da Silva, portador da Carteira de Identidade nº 29.322.874-7 e do CPF nº 166.728.168-28, DECLARA para a Polícia Federal do Brasil, que aceita o valor unitário de **R\$ 136.400,00** para compra de 03(três) unidades do item 02 da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do PE 10/2019 e valor unitário de **R\$ 23.860,00** para compra de 03(três) unidades do item 04 da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do PE 10/2019 da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro. Esta aceitação tem validade de 30 dias para ser feita pela Polícia Federal de Brasília.

- **Item 2 Modelo** – Valor unitário **R\$ 136.400,00**
DJI M210RTK V2 XT2 640x512px de 19mm (30Hz); Zenmuse Z30; 8 TB55

- **Item 4 Modelo** - Valor unitário **R\$ 23.860,00**
DJI Mavic 2 Enterprise Dual; 4 baterias

Requerente :

Polícia Federal

Diretoria Técnico-Científica

Setor de Logística

SAIS quadra 7 lote 23 Edifício INC

Brasília – DF – 70.610-200

Atentamente,

Macson Guedes

Latin America Managing Director

RG 29.322.874-7

CPF 166.728.168-28

FLIR Systems, Inc.

Direct: +55 15 3238 8072

Email: macson.guedes@flir.com.br

Macson Guedes
Managing Director Latin America
CPF: 166.728.168-28
RG: 29.322.874-7
FLIR Systems

Macson Guedes
Managing Director Latin America
CPF: 166.728.168-28
RG: 29.322.874-7
FLIR Systems

07.204.578/0001-09
FLIR SYSTEMS BRASIL COM. DE
CÂMERAS INFRVERMELHAS LTDA
Av. Antonio Bardella, 320
Alto da Boa Vista - CEP 18085-852
SOROCABA - SP

Sorocaba, 16 de dezembro de 2019.

Prezado Sr. Julio Coelho Ferreira de Souza
Perito Criminal Federal – Classe Especial – Matrícula nº 11.121
SELOG/DITEC – Chefe substituto

Ref: Adesão a Ata de Registro de Preços ref.
PE 10-209 - Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro

PE10/2019 - UASG 200116
Item 04

FLIR Systems Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.204.578/0001-09, por intermédio de seu diretor para a América Latina, o Sr. Macson Guedes da Silva, portador da Carteira de Identidade nº 29.322.874-7 e do CPF nº 166.728.168-28, DECLARA para a Polícia Federal do Brasil, que aceita o valor unitário de **R\$ 136.400,00** para compra de 04 (Quatro) unidades do item 02 da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do PE 10/2019 e valor unitário de **R\$ 23.860,00** para compra de 06 (seis) unidades do item 04 da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do PE 10/2019 da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro. Esta aceitação tem validade de 30 dias para ser feita pela Polícia Federal de Brasília.

- **Item 2 Modelo** – Valor unitário **R\$ 136.400,00**
DJI M210RTK V2 XT2 640x512px de 19mm (30Hz); Zenmuse Z30; 8 TB55
- **Item 4 Modelo** - Valor unitário **R\$ 23.860,00**
DJI Mavic 2 Enterprise Dual; 4 baterias

Requerente :
Polícia Federal
Diretoria Técnico-Científica
Setor de Logística
SAIS quadra 7 lote 23 Edifício INC
Brasília – DF – 70.610-200

Atentamente,

Macson Guedes
Managing Director Latin America
CPF: 166.728.168-28
RG: 29.322.874
FLIR Systems

Macson Guedes
Latin America Managing Director
RG 29.322.874-7
CPF 166.728.168-28
FLIR Systems, Inc.
Direct: +55 15 3238 8072
Email: macson.guedes@flir.com.br

Avenida Antonio Bardella, 320, Sorocaba-SP, 18085-852 BRASIL (T) 15.3238.8070 (F) 15.3238.8071
www.flir.com

07.204.578/0001-09
FLIR SYSTEMS BRASIL COM. DE
CÂMERAS INFRVERMELHAS LTDA
Av. Antonio Bardella, 320
Alto da Boa Vista - CEP 18085-852
SOROCABA - SP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
ÁREA DE PERÍCIAS EXTERNAS – APEX/DPER/INC/DITEC/PF

NOTA TÉCNICA Nº 13261372 - APEX/DPER/INC/DITEC/PF

PROCESSO Nº 08200.023004/2019-30

INTERESSADO: ÁREA DE PERÍCIAS EXTERNAS – APEX/DPER/INC/DITEC/PF

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Trata-se de manifestação técnica referente ao processo de aquisição de Aeronaves Remotamente Pilotadas - Remotely Piloted Aircraft Systems - RPAS, popularmente chamadas de "drones", equipados câmeras termais para exames em locais de crime (SEI 08200.023004/2019-30), a fim de atender questionamento contido no Despacho 13333422 - CGPLAM/DLOG/PF, sobre a imprescindibilidade da aquisição, em razão de não ter sido incluída no plano anual de compras de 2019 (PAC2019), face o exposto no Despacho 13327923 - SEPLAJ/DPC/CGPLAM/DLOG/PF, parcialmente transcrito abaixo:

"No que concerne a este Serviço de Planejamento, em resposta ao Despacho CGPLAM/DLOG/PF (13322128), cabe informar que a demanda da presente aquisição não está prevista na lista de investimentos aprovada pelas Diretorias para o presente exercício (Processo SEI nº 08200.016634/2018-77).

Registre-se oportunamente que, no âmbito da Diretoria Técnico-Científica - DITEC/PF e suas unidades descentralizadas, foram adquiridos recentemente quatro tipos de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas - Remotely Piloted Aircraft Systems - RPAS, kit de peças sobressalentes, software fotogramétrico para o tratamento de imagens adquiridas pelas RPAS e o respectivo treinamento para operação nas condições e quantitativos constantes no processo SEI 08200.016578/2017-90."

2. SOBRE A AUSÊNCIA DA AQUISIÇÃO NO PAC2019

2.1. A ausência de previsão dos equipamentos na lista de investimentos aprovada pelas Diretorias para o exercício de 2019 se deve ao fato de o plano de aquisição de Aeronaves Remotamente Pilotadas pela DITEC ter sido dividido em fases, onde a primeira delas objetivou o fornecimento de drones operacionais de maior portabilidade (pequenas dimensões e peso), com a finalidade de difundir a tecnologia entre as unidades de criminalística. Além dos drones adquiridos no citado processo, iniciado em 2017 e homologado em novembro de 2018, estavam previstas aquisições de drones com características específicas, que fazem parte da proposta da DITEC para o ano de 2020, encaminhada para a DLOG/PF. A previsão não foi inserida na proposta de 2019 porque a equipe responsável pela elaboração das novas propostas estaria envolvida com o recebimento e distribuição dos equipamentos da primeira fase, que terminou há algumas semanas.

3. SOBRE A IMPRESCINDIBILIDADE

3.1. A realização de uma nova aquisição de Aeronaves Remotamente Pilotadas com características específicas (incluída no PAC 2020) é considerada como necessária pela APEX/DPER/INC/DITEC/PF, diante da necessidade da Perícia Federal contar com um conjunto de drones com ferramentas especiais, neste caso, câmera termal e câmera com capacidade de ampliar imagens. Tratam-se de características imprescindíveis para alguns tipos de exames, que não estavam presentes nas especificações das aeronaves anteriormente adquiridas. As duas funcionalidades, por exemplo, poderiam ter sido utilizadas no apoio das atividades de busca e recuperação das vítimas do caso do rompimento da barragem de Brumadinho-MG, onde uma equipe de Peritos Criminais Federais da DITEC estava responsável por apoiar e orientar a retirada e catalogação de corpos, máquinas e destroços em uma grande área.

3.2. Além do mencionado no parágrafo anterior, destaca-se o fato de alguns dos drones da presente aquisição (Item 1) possuírem blindagem contra interferências eletromagnéticas, que dá a eles a capacidade de realizar sobrevoos e realizar perícias em locais em que passam redes de alta tensão e ter um maior alcance em zonas urbanas, que são uma casuística encontrada com uma relativa frequência pela Perícia Criminal Federal. Os drones anteriormente adquiridos, assim como a grande maioria dos drones de uso não industrial, não possuem blindagem contra interferências eletromagnéticas, o que praticamente inviabiliza o seu uso em regiões de grande proximidade com redes de alta tensão e limita o seu uso em algumas regiões urbanas que possuam uma grande concentração de antenas.

4. SOBRE A VANTAJOSIDADE E ECONOMIA

4.1. A aquisição, caso seja viabilizada neste momento e nas condições relacionadas com a ata por registro de preço, mostrar-se-á extremamente vantajosa para a administração. Ao se comparar o valor do Item 1 no Mapa Comparativo de Preços 13290974 (R\$ 237,440,05) e na ata de registro de preço - trazido no anexo 13316104 (R\$ 136.400,00), percebe-se uma economia de 42,55% apenas para esse item. Para o Item 2 a economia observada é de 18,78%. Considerando os quantitativos previstos na aquisição (4 unidades do item 1 e 6 unidades do item 2), temos que o valor total da aquisição sairá do valor "estimado" de R\$ 1.126.016,20 para o valor "real" de R\$ 688.760,00 (38,83% de redução), com o benefício adicional de eliminar as incertezas cambiais que sempre estão presentes na aquisição deste tipo de equipamento.

4.2. Outro ponto de vantagem e economia a ser considerado diz respeito à carga burocrática e administrativa envolvida no processo aquisitivo dos equipamentos pretendidos. Optar por fazer a aquisição apenas em 2020 implicará em deixar de aproveitar a economia de tempo e a praticidade de se aderir a uma ata de registro de preços. Caso a aquisição não seja realizada em 2019, perder-se-á a certeza de sua viabilidade para o ano de 2020, assumindo-se o risco de o processo ter que passar pelo rito convencional de uma compra por pregão eletrônico.

5. CONCLUSÕES

5.1. Diante do exposto, conclui-se que o objeto do presente processo contém equipamentos com funcionalidades e características totalmente diferentes do objeto do processo SEI 08200.016578/2017-90, adquirido recentemente. A APEX/DPER/INC/DITEC/PF confirma que se tratam de equipamentos com características imprescindíveis à realização de alguns tipos de exames, conforme descrito nos parágrafos 3 e 4 desta Nota Técnica. A aquisição, caso seja realizada neste momento, trará o benefício de antecipar aquisição prevista para 2020, eliminando incertezas cambiais e representando economia de aproximadamente 40% em relação do valor do Mapa Comparativo de Preços (de R\$ 1.126.016,20 para R\$ 688.760,00).

CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO
PERITO CRIMINAL FEDERAL
Integrante Requisitante Titular



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO, Perito(a) Criminal Federal**, em 18/12/2019, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13335749** e o código CRC **C0572DE6**.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

EDITAL - COMPRA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Polícia Rodoviária Federal, por meio da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro, sediada Rodovia Presidente Dutra, KM 163 - Vigário Geral, Rio de Janeiro - RJ, 21240-001, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **02/10/2019**

Horário da sessão: **09h30**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de **AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS – DRONES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata Registro de Preços

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.3.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.5.1. Valor unitário e total do item;

5.5.2. Marca;

5.5.3. Fabricante;

5.5.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário);

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *total do item*.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 6.9.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.14. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito

de ordenação das propostas.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.23. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.24. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:

6.24.1. por empresas brasileiras;

6.24.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.25. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

6.26. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível. Encerrada a etapa de lances e depois da

verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.4.2. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.6.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.7. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.8. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

8.6. **Habilitação jurídica:**

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.7. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.7.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.7.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.8. **Qualificação Econômico-Financeira.**

8.8.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.8.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.8.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.8.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.8.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

8.8.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.9. Qualificação Técnica

8.9.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, relativamente a todos os itens, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.9.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.10. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail saf.rj@prf.gov.br.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.11.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DO REAJUSTE

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. apresentar documentação falsa;

- 20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5. não mantiver a proposta;
- 20.1.6. cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail saf.rj@prf.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro, seção protocolos.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

23.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico do COMPRASNET, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 23.14.1. ANEXO I - Termo de Referência (SEI 21217204);
 - 23.14.2. ANEXO II - Especificação Técnica (SEI 21218248);
 - 23.14.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços (SEI 20025544);
 - 23.14.4. ANEXO IV - Termo de Contrato (SEI 19475924);
 - 23.14.5. ANEXO V - Modelo de Proposta Final (SEI 20025826);

CARLA BAPTISTA ALVES SANTIAGO

Chefe da Seção Administrativa e Financeira
SRPRF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **CARLA BAPTISTA ALVES SANTIAGO, Chefe da Seção Administrativa e Financeira**, em 17/09/2019, às 14:27, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **21436462** e o código CRC **3B5FEE36**.

0.1.



Referência: Processo nº 08657.086048/2019-11



SEI nº 21436462



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO I - AQUISIÇÕES

AVENIDA RIO BRANCO, Nº 311, 8º ANDAR CENTRO FONE: (21) 3095-6300 E-MAIL: CJU.RJ@AGU.GOV.BR 20.040-009 RIO DE JANEIRO-RJ

PARECER n. 02440/2019/CJU-RJ/CGU/AGU

PARECER nº 02440/2019/FLRAR/CJU-RJ/CGU/AGU

PROCESSO nº 08657.086048/2019-11

ÓRGÃO ASSESSORADO: Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio de Janeiro

ASSUNTO: Aquisição de aeronaves remotamente pilotadas

VALOR: R\$ 3.282.373,57

EMENTA:

- PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS CUJO VALOR SEJA IGUAL OU SUPERIOR A R\$ 500.000,00.
- DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Legislação Aplicável: Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, Decreto nº 7.892/13 e Lei nº 8.666/93.
- Aquisição de aeronaves remotamente pilotadas.
- Regularidade Formal do Processo. Limites impostos pelo Decreto nº 7.689/2012. Adequação da Modalidade Licitatória Adotada.
- Análise das Minutas. Ressalvas e/ou Recomendações.

Senhor Consultor Jurídico da União,

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de processo oriundo da Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto a aquisição de aeronaves remotamente pilotadas.
2. Os presentes autos, digitalizados, foram distribuídos ao advogado signatário, no dia 19/07/2019, para análise e emissão de parecer, nos termos do artigo 11, VI, “a”, da Lei Complementar nº 73, de 1993 e do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

II - FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

1. Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos , excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.
2. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

III - REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

1. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

2. Com efeito, no que pertine especificamente à licitação, bem como aos contratos/convênios e outros ajustes, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 2/2009, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, contendo, na medida do possível, no máximo, 200 folhas, podendo ter como referência a revogada Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 5/2002, no caso de órgãos integrantes do SISG, e para os órgãos militares o respeito a Portaria Normativa MD nº 1243/2006, que dispõe sobre procedimentos gerais referentes à gestão de processos. Recomenda-se, também, que o consultante verifique se há disciplina própria reguladora no âmbito de seu órgão.

IV - LIMITES DE CONTRATAÇÃO PREVISTOS NO DECRETO Nº 7.689, de 2012

1. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 7.689, de 2012 estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, donde se destaca a previsão contida em seu artigo 2º.
2. A Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estabeleceu normas complementares para o cumprimento do mencionado Decreto, prevendo em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais. Alerto, por oportuno, para a existência das restrições contidas na Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, com as alterações constantes da de nº 393, de 24 de setembro de 2015.
3. A autoridade assistida deve certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio –, adotando as providências necessárias, se for o caso, o que poderá ser feito em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação, podendo ser concedida por despacho no próprio processo, por memorando ou ofício, por meio eletrônico com assinatura digital ou outro meio idôneo que registre a autorização expressa da autoridade competente, consoante § 1º do artigo 4º da citada Portaria.

V - DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA

1. No caso, pretende-se a aquisição de itens/bens, o/a(s) qual(is) foi(ram) classificado/a(s) pelo órgão consultante como “bens comuns”.
2. Atestada a natureza comum dos bens pretendidos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2000, julga-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão.
3. Ademais, segundo o art. 4º “caput” do Decreto nº 5.450, de 2005, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida através da modalidade Pregão, de preferência,
4. E o artigo 3º do Decreto nº 7.892, de 2013 enumera em seus incisos as situações nas quais poderá ser adotado o Sistema de Registro de Preços. Tais hipóteses são exaustivas, taxativas, consoante entendimento exarado no PARECER nº 109/2013/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 265/2014/SFT/CGU/AGU. Encontra-se, com efeito, superado o entendimento, outrora adotado no âmbito desta Consultoria, de que tais hipóteses não eram exaustivas, dependendo, sob o lastro da ultrapassada visão, a utilização do referido sistema mais do atendimento ao interesse público do que do enquadramento preciso em uma delas, consoante PARECER Nº 125/2010/DECOR/CGU/AGU (revogado), que entendeu cabível a utilização do sistema, por exemplo.

1. Necessário indicar a hipótese em que se enquadra o pretendido registro de preços. E, registre-se, segundo entendimento do TCU, não basta citar o dispositivo legal, necessário e imperativo que se fundamente com o nexo causal/fático. De modo, que haja, realmente, a subsunção à norma, ou seja, que o caso concreto apresentado se enquadre à lei.

VI - ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. É de extrema relevância que a autoridade assessorada sempre observe na contratação, as diretrizes de sustentabilidade ambiental.
2. Com efeito, as contratações da Administração Pública deverão contemplar os critérios da sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei nº 8.666, de 1993, compromissos internacionais

assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes, sem perder de vista os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

3. Nesse sentido, a Lei nº 12.187 de 29/11/2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima adotou o uso do poder de compra do Estado como um importante instrumento para implementar a política de mudanças climáticas.
4. Assim, nos termos do art. 7º, inc. XI da Lei nº 12.305, de 2/8/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.
5. Referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23/12/2010, merecendo especial destaque os seus artigos 5º, 6º e 7º.
6. Por outro lado, nos termos do art. 1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, “as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas”.
7. Vale lembrar que o art. 5º da mesma Instrução Normativa exemplifica alguns dos critérios de sustentabilidade ambiental que podem ser exigidos na descrição do bem.
8. Por vezes, a exigência de determinado requisito ambiental deriva de imposição normativa, editada pelos órgãos de proteção ao meio ambiente (Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, etc.). Nesses casos, a especificação técnica do objeto deve ser definida de acordo com as determinações da norma vigente.
9. No que tange às aquisições de máquinas e aparelhos consumidores de energia, que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), conforme publicação no sítio eletrônico www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp, em apertada síntese, deverá ser exigido, nos instrumentos convocatórios, em verdade, na especificação do objeto, constante do termo de referência, que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição. A propósito, convém observar, no que toca às referidas aquisições, as regras dispostas na Instrução Normativa n. 2, de 4/06/2014, da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Para fins do disposto na Instrução Normativa em comento, em relação aos veículos, deve-se considerar a ENCE relativa à categoria.
10. Com efeito, cabe alertar que, por vezes, a exigência de determinado requisito ambiental deriva de imposição normativa, editada pelos órgãos de proteção ao meio ambiente (Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, etc.). Nesses casos, a especificação técnica do objeto deve ser definida de acordo com as determinações da norma vigente.
11. Nos demais casos, cabe ao órgão a opção pelas especificações do objeto que melhor atendam às exigências ambientais. Tal decisão deve ser motivada com base em critérios técnicos.

VII – DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

1. Quanto à hipótese da margem de preferência, sua previsão deve estar contida no Termo de Referência ou não, conforme o caso.
2. Embora a redação do art. 3º *caput* da Lei nº 8.666/1993 preconize o princípio da isonomia como norteador dos processos licitatórios, a fim de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, os incisos I, II e III, §2º do mesmo dispositivo legal asseguram, como critério de desempate, a concessão de margem de preferência às empresas produtoras de determinados bens e serviços produzidos/prestados no país ou produzidos por empresas brasileiras ou, ainda, por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.

1. Cada grupo determinado de produtos/serviços que goza de margem de preferência possui um decreto específico que o regulamenta:

- Decreto nº 7.174, de 2010 – Bens e Serviços de Informática; e
- Decreto nº 7.767, de 2012 – Produtos e equipamentos médicos e hospitalares.

1. Assim, cabe ao Administrador verificar se o caso em tela enquadra-se numa das hipóteses previstas nos decretos mencionados, deixando a hipótese expressa claramente no termo de referência, bem como no instrumento convocatório, se for o caso.

VIII - ANÁLISE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

1. A seguir, passa-se à verificação do atendimento dos requisitos previstos no Decreto nº 5.450, de 2005, Decreto nº 7.892 de 2013, conjugados com as regras da Lei nº 10.520, de 2002 e da Lei nº 8.666, de 1993, necessários à instrução da fase preparatória do pregão, sendo certo que cabe ao Administrador observar as demais exigências concernentes à fase externa do procedimento em momento oportuno, posterior a presente manifestação jurídica.
2. Assim, serão tecidas considerações acerca das determinações constantes do ordenamento jurídico, em face do caso vertente, com a ressalva de que os textos das minutas anexadas serão analisados em tópicos especialmente abertos para essa finalidade.

IX - Justificativa da contratação

1. Quanto à justificativa da contratação, em conformidade com o que determina o art. 9º, III e art. 30, I, ambos do Decreto nº 5.450, de 2005, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel do órgão jurídico é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação, ou dos quantitativos estimados, contemplando os requisitos mínimos estabelecidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, especialmente em seu art. 15, inc. I, que arrola os principais elementos que deverão ser previstos na justificativa apresentada no caso de contratações de serviços. Não obstante, entendemos que os requisitos lá arrolados servem de importante baliza para a elaboração da justificativa também em casos de compras.
2. No que toca à especificação do objeto, esta deverá atender às normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - eventualmente existentes, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962. É certo que o aumento do nível de detalhamento influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

1. Destarte, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais, não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

- A princípio, a lei veda a preferência por marca – art. 15, §7º, inc. I, por representar restrição à ampla competitividade do certame. Todavia, não se pode olvidar que a própria lei, em seu art. 7º, parágrafo 5º admite a indicação de marca, características ou especificações exclusivas, desde que tecnicamente justificável, o que também é sustentado pela doutrina. Portanto, a justificativa correspondente deverá pautar-se em critérios técnicos e objetivos que demonstrem a sua imprescindibilidade para a plena satisfação do interesse público.

Desta forma, a proibição deve ser interpretada no sentido de que a marca não poderá ser indicada como o objeto da contratação em si. Ou seja, o administrador não poderá externar sua preferência por contratação de certa marca, a seu talante, sem a correspondente motivação técnica objetiva e fundamentada. Portanto, a referência à marca deve ser consequência das características específicas do objeto e não pressuposto, sob pena de indevida restrição da licitação e quebra da isonomia dos licitantes.

Por outro lado, consoante diretrizes do TCU nos Acórdãos nº 2.300/2007 – Plenário e 1.344/2009 – 2ª Câmara, também é admissível a indicação de marca/fabricante, quando for necessária como parâmetro ou referência para as especificações qualitativas do objeto, para facilitação de sua identificação, devendo, neste caso, vir acompanhada das expressões “equivalente, similar ou de melhor qualidade”.

Por fim, registre-se que a Súmula nº 270/2012 do TCU admite, desde que previamente justificada, a indicação de marca para licitação de compras (inclusive *softwares*), para fins exclusivos da padronização, como preceitua o art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

Pelo exposto, pode-se concluir que a indicação de marca é permitida nas seguintes situações:

- Na presença de justificativa técnica sólida que demonstre a sua imprescindibilidade para a satisfação do objeto da contratação, inclusive para fins de padronização;
- Quando necessária, como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, caso em que deverá ser seguida das expressões "ou equivalente", "ou similar" e "ou de melhor qualidade".

- Atenção para características ou especificações exclusivas (detalhes sobre o acondicionamento do produto, tipo de embalagem, peso, tamanho etc., típicas de produtos de determinado fabricante) que podem direcionar por via indireta o objeto à determinada marca e, por conseguinte, devem ser observadas as mesmas diretrizes acima lançadas.

1. Especificamente quanto às aquisições de máquinas e aparelhos consumidores de energia que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), conforme publicação no sítio eletrônico (www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp) como é de se ver da Instrução Normativa n. 2/14, da SLTI/MPOG, já tratada alhures no tópico em que se recomenda a observância, no caso de aquisições, dos correspondentes critérios de sustentabilidade, deverá ser exigido, nos instrumentos convocatórios, que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição. Quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com a ENCE classe "A" para a sua categoria, devem ser admitidos produtos etiquetados com as ENCEs nas duas classes mais eficientes que possuam um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados, admitida a complementação de números de fornecedores de uma classe com a de outra. No caso de máquinas e aparelhos consumidores de energia cuja etiquetagem, no âmbito do PBE, não seja baseada em classes de eficiência, o edital de licitação exigirá que os modelos dos bens fornecidos apresentem a ENCE que, nestes casos, possui caráter informativa e não classificatória. Em relação aos veículos, deve-se considerar a ENCE relativa à categoria.

1. Nesta seara, é curial informar que a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), disponibilizará um espaço específico no Portal eletrônico de Contratações Públicas do Governo Federal - Comprasnet com informações sobre aquisição de máquinas e aparelhos energeticamente eficientes e sua inclusão no objeto do processo licitatório para fins de viabilização.

1. Ressalte-se ainda que a justificativa da contratação deve compreender os quantitativos estimados da aquisição condizente com o consumo/utilização prováveis do órgão, aferida mediante adequadas técnicas para tanto, em conformidade com o que dispõe o art. 15, §7º, inc. II, pois dela dependerá o cálculo do valor contratual.

1. Outrossim, é cediço que muitas vezes, o preço do produto pode variar em função da quantidade da aquisição, como ocorre na economia de escala. Desta forma, fica evidenciada a essencialidade de se fixar a estimativa adequada para propiciar a apresentação de propostas/lances coerentes, visando ao êxito do certame com resultados verossímeis.

1. De fato, é nesse sentido que a doutrina e o TCU aconselham, ao recomendar a fixação no edital do SRP não apenas da quantidade máxima dos itens licitados, mas também estabelecer lotes mínimos – é dizer, quantitativo mínimo a ser fornecido a cada pedido –, para a obtenção de preços por atacado e, em decorrência, mais favoráveis à Administração.

1. Necessário, pois, que a justificativa contenha um número múltiplo

X - Autorização para abertura da Licitação

1. A autorização para abertura da licitação devidamente assinada pela autoridade competente decorre da exigência do art. 30, inc. V do Decreto nº 5.450, de 2005.

XI - Termo de referência com a aprovação da autoridade competente

1. O termo de referência, de acordo com o que preceitua o §2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/05, é o documento que deverá conter as informações e os elementos técnicos necessários para assegurar a viabilidade da contratação, sobretudo em relação à avaliação do custo, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos

métodos, a estratégia e suprimento, e o prazo da execução do contrato. Tal documento deverá ser aprovado motivadamente pela autoridade competente, conforme art. 9º, inc. II do Decreto nº 5.450, de 2005.

XII - Pesquisa de mercado

1. A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado que deverá ser realizada pelo órgão gerenciador, de acordo com o art. 5º, inciso IV do Decreto 7.892, de 2013, é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente e proba, e ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial do item (itens) que servirá(ão) como parâmetro na análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances das empresas licitantes na ocasião do certame, podendo nortear o valor máximo aceitável, em consonância com o art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

1. A propósito, não se pode olvidar das diretrizes sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, veiculadas pela Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, a seguir expostas:

“Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>; II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. §1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência. §2º Serão utilizadas, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. §3º Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente. §4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados. §5º Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo. §6º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores.” (NR)”

1. O órgão gerenciador deverá proceder à consulta dos preços praticados no mercado, sendo recomendável a obtenção de, ao menos, três orçamentos, devendo a pesquisa ser juntada nos autos do processo de licitação de forma consolidada às pesquisas realizadas pelos demais órgãos e entidades participantes. É importante que se atente para que tal consulta se dê nos moldes do Termo de Referência, considerando exatamente as especificações do objeto, a fim de preservar a fidelidade dos preços pesquisados em relação à aquisição almejada. Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores.
2. Insta destacar que as diligências concernentes à pesquisa de preços não se resumem à simples anexação de orçamentos das empresas nos autos, cabendo ao responsável a análise detida de cada proposta, não apenas sob seu aspecto formal (identificação da empresa, idoneidade, compatibilidade da sua finalidade social com o objeto da licitação, etc.), como do seu teor. É de bom alvitre alertar ao órgão para a importância da congruência entre os preços das propostas, considerando que eventuais valores desarrazoados ou evidentemente inexequíveis podem distorcer os resultados das pesquisas efetuadas, de maneira que cumprirá ao órgão o discernimento sobre os orçamentos efetivamente aptos a comporem a planilha de preços, podendo até serem excluídos aqueles demasiadamente discrepantes dos demais.
3. Relevante destacar que no âmbito das especificidades envolvendo as aquisições reguladas pela Instrução Normativa n. 2, de 04/06/14, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Tecnologia, Orçamento e Gestão, quais sejam, as máquinas e aparelhos consumidores de energia, que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), conforme publicação no sítio eletrônico www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp, quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com a ENCE classe "A" para a sua categoria, devem ser admitidos produtos etiquetados com as ENCEs nas duas classes mais eficientes que possuam um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados, admitida a complementação de números de fornecedores de uma classe com a de outra. Repise-se: No caso de máquinas e aparelhos consumidores de energia cuja etiquetagem, no âmbito do PBE, não seja baseada em classes de eficiência, o edital de licitação exigirá que os modelos dos bens fornecidos apresentem a ENCE que, nestes casos, possui caráter informativa e não classificatória. Em relação aos veículos, deve-se

considerar a ENCE relativa à categoria. É curial expor que a Administração deverá verificar a correspondência do objeto com a feição sustentável preconizada pela aludida Instrução Normativa e, em caso positivo, adotar as providências ora tratadas.

4. Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo. Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas. Outrossim, para a busca do menor preço, por meio da economia de escala, deverá ser considerado o total dos quantitativos, após computada todas as participações.

XIII - Previsão de recursos orçamentários

1. Não há, no momento, a necessidade de apresentação da declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 21 e art. 30, inc. IV do Decreto nº 5.450, de 2005, c/c art. 14 e o caput do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como a do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, pois, em conformidade com a Orientação Normativa AGU nº 20, de 1º de abril de 2009, na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária poderá ficar postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, devendo o responsável zelar pelo seu atendimento.

XIV - Designação do pregoeiro e equipe de apoio

1. O art. 30, inc. VI do Decreto nº 5.450, de 2005 exige a comprovação da legitimidade do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio.

XV - Da intenção para registro de preços

1. Nos termos do art. 4º do Decreto nº 7.892, de 2013, o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG, deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do SRP com a finalidade de registrar e divulgar os itens a serem licitados.
1. Caberá ao órgão gerenciador, através da Intenção de Registro de Preços, consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, bem como confirmar junto aos órgãos participantes sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive no que tange aos quantitativos e termo de referência/ projeto básico.
1. O art. 6º do aludido Decreto preceitua que será de competência do órgão participante, também mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, manifestar sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e demais especificações – termo de referência ou projeto básico, adequados ao registro de preços a que pretende fazer parte, garantindo que os atos relativos à sua inclusão estejam formalizados e autorizados por autoridade competente.

XVI - Minuta do edital e anexos

1. O art. 30, incisos VII e VIII do Decreto nº 5.450, de 2005 exigem que o processo licitatório seja instruído com as minutas do edital, termo de contrato ou instrumento equivalente, e, se for o caso, minuta da ata de registro de preços.

XVII - ANÁLISE DAS MINUTAS - Considerações gerais sobre o edital e anexos

1. Inicialmente, cumpre destacar que o órgão deverá adotar os modelos elaborados pela AGU, para a uniformização dos procedimentos com vistas ao aperfeiçoamento, eficiência, e celeridade nos processos licitatórios.
1. Todavia, dado o seu caráter genérico, e considerando-se as possíveis peculiaridades de cada objeto, ressaltamos que o gestor responsável deverá tomar as medidas de cautela quanto a eventuais adaptações ou acréscimos que se fizerem necessários nas minutas para a sua adequação ao caso concreto.
1. Além disso, uma vez que os modelos estão sujeitos a um processo dinâmico, o que importa em frequentes aperfeiçoamentos e atualizações, é possível que sejam feitas recomendações de adaptações nas minutas ao tempo de sua análise.
1. Alertamos que os modelos são objeto de um processo dinâmico sujeito a frequentes aperfeiçoamentos e atualizações, razão pela qual recomendamos que o consulente, na ocasião de sua adoção, certifique-se quanto à utilização da última versão disponível, tomando as medidas de cautela necessárias para a sua adaptação em conformidade com o objeto concreto da licitação.

XVIII - Termo de referência

1. O termo de referência, devidamente aprovado pela autoridade competente, constitui documento inaugural da contratação, na medida em que se presta à orientação do futuro contratado, com relação àquilo que deverá fornecer, assim como da própria Administração, que com ele define exatamente as necessidades a serem atendidas mediante a celebração do ajuste.
2. Em sua elaboração, o órgão deve atentar para os requisitos descritos no art. 9º, incs. I e II do Decreto nº 5.450, de 2005.

XIX - Edital

1. Os requisitos e elementos a serem observados na minuta do edital são aqueles previstos no art. 9º, incs. IV e V do Decreto nº 5.450, art. 11, art. 9º do Decreto nº 7.892, de 2013 e art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993.
2. Deve-se ter atenção a algumas informações mínimas necessárias ao edital, como a estimativa de quantidade de itens a ser adquirida por órgãos não participantes, observando o disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892, de 2013, no caso do órgão gerenciador admitir adesões.
3. Outra informação que o edital deve prever é a realização periódica de pesquisa de mercado, com o escopo de comprovar a vantajosidade do preço licitado à Administração.
4. Ressalta-se que com o advento do Decreto nº 7.892, de 2013, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral da obrigação licitada, finda a etapa competitiva, é facultado aos licitantes reduzir seus preços ao valor da proposta mais bem classificada, não havendo com isso nenhum prejuízo ao licitante mais bem classificado. Dessa forma, imprescindível que esta informação faça parte do instrumento convocatório, a fim de tornar pública a referida hipótese.
5. Ainda à luz do Decreto nº 7.892, de 2013, desde que garantidos a ampla defesa e o contraditório, competirá ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, bem como as sanções relativas ao descumprimento do que foi pactuado na ata de registro de preços e nas obrigações contratuais, com fulcro no art. 5º, incisos IX e X do aludido dispositivo legal.
1. Caberá ao órgão participante, também assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, a aplicação das penalidades advindas do descumprimento do que foi pactuado na ata de registro de preços e nas obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador, em consonância com o § único do art. 6º do Decreto nº 7.892, de 2013.
2. No presente caso, a minuta do edital deverá atender a todas as exigências pertinentes, *in casu*, apontaremos as seguintes observações:

- Preliminarmente, recomendo uma reflexão da Autoridade/Gestor, CPL e Pregoeiro para que: qualquer alteração no Modelo de Edital da Advocacia-Geral da União – AGU só poderá ser realizada por necessidade exclusiva do objeto a ser licitado e, ressalte-se, devidamente justificada nos autos, caso contrário, deverão ser suprimidas. Alerta-se, noutro giro, para que se tenha sempre como norte, na confecção do Edital e Termo de Referência/ Projeto Básico, os artigos 14 a 16 e 27 a 51, em especial o 40 da Lei nº 8.666/93. Também, os princípios administrativos constantes do art. 3º da mesma Lei de Licitações e Contratos e os princípios constitucionais, constantes do art. 37 da Carta Magna, em especial os da ampla competição, economicidade e isonomia.
- Por fim, o Edital deverá ser adaptado/atualizado, conforme os ditames dos Decretos de nº 8.538/2015 e de nº 9.488/2018 (que altera os de nº 7.579/2011 e nº 7.892/2013), se for o caso.

XX - Da Ata de Registro de Preços

1. A ata de registro de preços deve abordar o objeto, os preços, especificações e quantitativos, eventuais participantes, validade da referida ata, hipóteses de revisão e cancelamento de registros de preços, condições para o remanejamento de quantitativos, com base na Instrução Normativa n. 6, de 25 de julho de 2014, da SLTI/MPOG (quando houver participante(s)) e condições gerais, como vedação de acréscimos nos quantitativos fixados na ata, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, bem como as condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, que encontram-se definidos no Termo de Referência,
2. Cabe salientar que será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo (no caso, é a ata de realização da sessão pública do pregão) , o registro de todos os licitantes que concordarem em cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor do certame, respeitada a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no artigo 3º, da Lei n. 8.666/93, devendo, os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores serem divulgados no Portal de Compras do Governo Federal, em consonância com o Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto n. 8250/14.
3. Releva expor que a Instrução Normativa n. 6, de 25 de julho de 2014, cuja aplicação pode se dar quando existente(s) participante(s), regulamenta o Decreto n. 7892/13 no que toca ao remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços.
4. Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços.
5. O remanejamento em voga de somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.
6. No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, devem ser observados os limites previstos nos §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.
7. Caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.
8. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos de Estados ou Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
9. No presente caso, verifica-se, do exame da minuta da ata, que a mesma atrai as recomendações acima, ressaltando-se observar, oportunamente, os requisitos formalísticos afetos à eventual formação de cadastro reserva.

XXI - Termo de contrato ou instrumento substitutivo

1. No caso vertente, a autoridade assessorada irá formalizar instrumento contratual, como podemos perceber ao compulsar os autos.
2. Quanto ao instrumento contratual, por se enquadrar aos ditames legais, bem como ao modelo da AGU, nada temos a ponderar. De todo modo, sugiro atenção ao art. 55 da Lei nº 8.666/93.

XXII - CONCLUSÃO

1. **Em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela existência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo, os quais restarão superados desde que observadas todas as recomendações deste Parecer, em especial as constantes dos Capítulos IV, V, IX, XII e XIX. Por fim, registre-se que este parecerista apenas se responsabiliza pelas teses jurídicas esposadas, qualquer eventual omissão na análise não poderá ser entendida como aceitação, devendo ser objeto de nova consulta, caso persista(m) questão(ões) não analisada(s) ou dúvida(s) jurídica(s). Também, não se responsabiliza pela conferência de documentos ou suas regularidade e legitimidade.**
2. **Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo, será possível dar-se o prosseguimento do processo, nos seus demais termos, sem nova manifestação da CJU. Outrossim, alerte-se que, como sabido, não poderá haver no certame, condições ou restrições, mesmo que técnicas (caso não justificadas e necessárias), que restrinjam a ampla competição, malfirmam o caráter isonômico e a busca pelo melhor e menor preço (economicidade). Caso persistam, após, esta análise, a qual, repise-se, apenas compete verificar questões e teses jurídicas, deverão ser ajustadas ou suprimidas.**
3. **ssalta-se que a presente manifestação se limita à análise jurídica da fase interna do processo licitatório, recomendando-se, em sua fase externa, o atendimento integral ao Edital e às Leis que regem a matéria. Também, que as informações e requisitos constantes do edital, termo de referência e anexos guardem consonância entre si.**

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2019.

Franco Luciano Rancano de Azevedo Rosa
SIAPE nº 1212642
OAB/RJ nº 71.090

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08657086048201911 e da chave de acesso 157d6584

Documento assinado eletronicamente por FRANCO LUCIANO RANCANO DE AZEVEDO ROSA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 295944708 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FRANCO LUCIANO RANCANO DE AZEVEDO ROSA. Data e Hora: 01-08-2019 11:40. Número de Série: 17367704. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

Despacho nº 394/2019 - SAF-RJ

DESTINO(S): SR. SUPERINTENDENTE REGIONAL - SRPRF/RJ
ASSUNTO: Análise do Parecer n. 02440/2019/CJU-RJ/CGU/AGU

1. Foi encaminhado via SAPIENS o presente procedimento à Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, da Advocacia Geral da União, para análise jurídica, restando então o parecer acima referenciado, pertinente ao registro de preços para futura e eventual aquisição de **aeronaves remotamente pilotadas** para atender às necessidades do Grupo de Resposta Rápida - GRR subordinado à Coordenação de Operações Especializadas e de Fronteira - COEF e à Seção de Operações - SEOP e Núcleo de Operações Especiais subordinados à Superintendência Regional do Rio de Janeiro. (SRPPRF/RJ), assim como das unidades que manifestaram interesse em participar da IRP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. Foram realizados os seguintes apontamentos, que passam a ser abaixo transcritos e esclarecidos:

2.1. **Capítulo IV** - "*A autoridade assistida deve certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada se constitui ou não atividade de custeio, adotando as providências necessárias, se for o caso, o que poderá ser feito em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação, podendo ser concedida por despacho no próprio processo, por memorando ou ofício, por meio eletrônico com assinatura digital ou outro meio idôneo que registre a autorização expressa da autoridade competente, consoante § 1º do artigo 4º da citada Portaria*"

2.1.1. Deve-se mencionar que a natureza do objeto que se pretende licitar se constitui como atividade de custeio, conforme a Portaria MPOG nº 249 de 13/06/2012, que regulamenta o Decreto nº 7.689/2012.

2.2. **Capítulo V** - "*Necessário indicar a hipótese em que se enquadra o pretendido registro de preços. E, registre-se, segundo entendimento do TCU, não basta citar o dispositivo legal, necessário e imperativo que se fundamente com o nexo causal/fático. De modo, que haja, realmente, a subsunção à norma, ou seja, que o caso concreto apresentado se enquadre à lei*"

2.2.1. Informo que a escolha pelo uso da ferramenta do Registro de Preços se dá em razão do Art. 3º do Decreto 7.892/13 em seu inciso III

"Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o

quantitativo a ser demandado pela Administração."

2.3. **Capítulo IX** - "*Destarte, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais, não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente*", continuando: "*Atenção para características ou especificações exclusivas (detalhes sobre o acondicionamento do produto, tipo de embalagem, peso, tamanho etc., típicas de produtos de determinado fabricante) que podem direcionar por via indireta o objeto à determinada marca e, por conseguinte, devem ser observadas as mesmas diretrizes acima lançadas.*"

2.3.1. Considerando a Súmula nº 270/2012 do TCU, nossas especificações foram baseadas em um dos melhores Fabricantes/Marca de Aeronaves Remotamente Pilotadas do mercado e para a total satisfação do objeto contratado foi inserido no quesito **CARACTERÍSTICA** dos itens que tais especificações deveriam ser equivalentes, similares ou de melhor qualidade que a marca apontada. Desta forma, consideramos que nas especificações não há direcionamento para nenhuma marca específica. Documento SEI nº 20666584

2.4. **Capítulo XII** - "...Outrossim, para a busca do menor preço, por meio da economia de escala, deverá ser considerado o total dos quantitativos, após computada todas as participações."

2.4.1. Tendo em vista que o levantamento de preços feito no processo leva em consideração os preços médios do mercado e que já é pacífico que tais preços em sede de pregão eletrônico seja diminuir apenas foram refeitos os cálculos, constando agora o quantitativo total de participantes, conforme consta no Documento SEI nº 20671502.

3. Destarte, saneada a instrução com as diligências do respeitado parecerista da União, evoluo os autos para vosso conhecimento para que, s.m.j. VSa, em concordância com os procedimentos e informações prestadas, oponha sua **assinatura** neste documento como Ordenador de Despesas, **ACOLHENDO** a análise, **APROVANDO** os instrumentos retificados, dando **CIÊNCIA** ao novo Edital e seus anexos, e **AUTORIZANDO** a deflagração do certame.

CARLA BAPTISTA ALVES SANTIAGO
Chefe da Seção Administrativa e Financeira
SRPRF/RJ

SILVINEI VASQUES
Superintendente Regional
Ordenador de Despesas
SRPRF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **CARLA BAPTISTA ALVES SANTIAGO, Chefe da Seção Administrativa e Financeira**, em 21/08/2019, às 16:31, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **SILVINEI VASQUES, Superintendente no Rio de**



Janeiro, em 21/08/2019, às 18:52, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **20471873** e o código CRC **81D62195**.



Referência: Processo nº 08657.086048/2019-11

SEI nº 20471873



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/2019

A Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro (UASG 200116), com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 163 - Parada de Lucas, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0111-70, neste ato representada pelo Sr. Superintendente Regional Silvinei Vasques, nomeado pela Portaria nº 918 de 02 de abril de 2019, publicada no dia 03 de abril de 2019, inscrito(a) no CPF sob o nº 743.916.079-72, portador da Carteira de Identidade nº 2586718 SSP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 10/2019, publicada no D.O.U. de 30/10/2019, processo administrativo n.º 08657.086048/2019-11, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS – DRONES**, especificado no (s) item (ns) abaixo relacionado (s) do Termo de Referência, anexo ao edital de Pregão nº 10/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **DEEP OIL TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS LTDA**
CNPJ: 15.737.870/0001-15

Endereço: Rua 30, 224, Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ CEP: 23595210
Representante: SALY GOMES PINHEIRO - RG: 062080007 - CPF: 528.388.707-34
Telefone: (21) 24097-112 / (21) 32926-797
E-mail: vendas@deepoil.com.br

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QTD 200116	QTD 200119	QTD TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Aeronave Remotamente Pilotada	DJI MATRICE 210 V2	04	01	05	R\$ 98.696,00	R\$ 493.480,00

3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.1.1. Gerenciadora:

GERENCIADORA UASG (200116)	QUANTIDADE ITEM 01
SRPRF/RJ - 200116	04

3.1.2. Participantes:

PARTICIPANTES - UASG	Qtd ITEM 01
DPRF - 200119	01

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.8.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo

superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi assinada eletronicamente depois de lida e achada em ordem, sendo encaminhada cópia aos participantes.

SILVINEI VASQUES
Superintendente Regional
Ordenador de Despesas

SALY GOMES PINHEIRO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CARLA BAPTISTA ALVES SANTIAGO

Policial Rodoviário Federal

GLENDA CAMPOS CHAGAS

Policial Rodoviário Federal



Documento assinado eletronicamente por **SALY GOMES PINHEIRO, Usuário Externo**, em 29/10/2019, às 16:29, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **GLENDA CAMPOS CHAGAS, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 01/11/2019, às 16:47, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **CARLA BAPTISTA ALVES SANTIAGO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 01/11/2019, às 16:47, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **SILVINEI VASQUES, Superintendente no Rio de Janeiro**, em 02/11/2019, às 10:58, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **22302417** e o código CRC **00DE9DA1**.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2019

A Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro (UASG 200116), com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 163 - Parada de Lucas, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0111-70, neste ato representada pelo Sr. Superintendente Regional Silvinei Vasques, nomeado pela Portaria nº 918 de 02 de abril de 2019, publicada no dia 03 de abril de 2019, inscrito(a) no CPF sob o nº 743.916.079-72, portador da Carteira de Identidade nº 2586718 SSP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 10/2019, publicada no D.O.U. de 30/10/2019, processo administrativo nº 08657.086048/2019-11, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS – DRONES**, especificado no (s) item (ns) abaixo relacionado (s) do Termo de Referência, anexo ao edital de Pregão nº 10/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **PIRAMIDE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS LTDA**
CNPJ: **63.305.585/0001-78**

Endereço: Rua Desembargador lauro Nogueira, 1500, sala 1013, Riomar Tradecenter, Papicu, Fortaleza-CE CEP: 60.176-065

Representante: LIGNEUL CESAR ALVES DE SOUSA - RG: 57337082 SSP-CE - CPF: 360.259.923-04
Telefone: (85) 3039-0442

E-mail: contato@piramidetec.com.br / ligneul@piramidetec.com.br

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QTD 200116	QTD 200119	QTD TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	Aeronave Remotamente Pilotada	DJI MAVIC 2 ENTERPRISE	24	--	24	R\$ 18.683,60	R\$ 448.406,40

3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.1.1. Gerenciadora:

GERENCIADORA	QUANTIDADE
--------------	------------

UASG (200116)	ITEM 03
SRPRF/RJ - 200116	24

3.1.2. Participantes:

PARTICIPANTES - UASG	Qtd ITEM 03
DPRF - 200119	00

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.8.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

- 6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 6.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

- 7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi assinada eletronicamente depois de lida e achada em

ordem, sendo encaminhada cópia aos participantes.

SILVINEI VASQUES
Superintendente Regional
Ordenador de Despesas

LIGNEUL CESAR ALVES DE SOUSA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CARLA BAPTISTA ALVES SANTIAGO
Policial Rodoviário Federal

GLENDA CAMPOS CHAGAS
Policial Rodoviário Federal



Documento assinado eletronicamente por **Ligneul Cesar Alves de Sousa, Usuário Externo**, em 10/12/2019, às 11:38, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **GLENDA CAMPOS CHAGAS, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 10/12/2019, às 16:27, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **CARLA BAPTISTA ALVES SANTIAGO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 10/12/2019, às 16:29, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **SILVINEI VASQUES, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, em 11/12/2019, às 11:07, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **22302550** e o código CRC **04B94FC3**.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2019

A Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro (UASG 200116), com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 163 - Parada de Lucas, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0111-70, neste ato representada pelo Sr. Superintendente Regional Silvinei Vasques, nomeado pela Portaria nº 918 de 02 de abril de 2019, publicada no dia 03 de abril de 2019, inscrito(a) no CPF sob o nº 743.916.079-72, portador da Carteira de Identidade nº 2586718 SSP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 10/2019, publicada no D.O.U. de 30/10/2019, processo administrativo n.º 08657.086048/2019-11, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS – DRONES**, especificado no (s) item (ns) abaixo relacionado (s) do Termo de Referência, anexo ao edital de Pregão nº 10/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **FLIR SYSTEMS BRASIL COMERCIO DE CAMERAS INFRAVERMELHAS LTDA**
CNPJ: **07.204.578/0001-09**

Endereço: AVENIDA ANTONIO BARDELLA, 320 - ALTO DA BOA VISTA, São Paulo/SP CEP: 18.085-852

Representante: MACSON GUEDES DA SILVA - RG: 166.728.168-28 SSP-SP - CPF: 166.728.168-28

Telefone: (15) 32388070 / (15) 32388072

E-mail: lia.mariano@flir.com.br

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QTD 200116	QTD 200119	QTD TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	Aeronave Remotamente Pilotada	DJI M210 RTK V2 XT2	04	02	06	R\$ 136.940,00	R\$ 821.640,00
04	Aeronave Remotamente Pilotada	DJI Mavic 2 Enterprise Dual	12	14	26	R\$ 23.860,00	R\$ 620.360,00
TOTAL							1.442.000,00

3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.1.1. Gerenciadora:

GERENCIADORA UASG (200116)	QUANTIDADE ITEM 02	QUANTIDADE ITEM 04
SRPRF/RJ - 200116	04	12

3.1.2. Participantes:

PARTICIPANTES - UASG	QUANTIDADE ITEM 02	QUANTIDADE ITEM 04
DPRF - 200119	02	14

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.8.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 6.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

- 7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que

aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi assinada eletronicamente depois de lida e achada em ordem, sendo encaminhada cópia aos participantes.

SILVINEI VASQUES
Superintendente Regional
Ordenador de Despesas

MACSON GUEDES DA SILVA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CARLA BAPTISTA ALVES SANTIAGO

Policial Rodoviário Federal

GLENDA CAMPOS CHAGAS

Policial Rodoviário Federal



Documento assinado eletronicamente por **Macson Guedes da Silva, Usuário Externo**, em 22/11/2019, às 20:32, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **GLENDA CAMPOS CHAGAS, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 25/11/2019, às 11:25, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **CARLA BAPTISTA ALVES SANTIAGO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 25/11/2019, às 13:03, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **SILVINEI VASQUES, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, em 25/11/2019, às 14:27, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **22302857** e o código CRC **ED0A85BB**.

Referência: Processo nº 08657.086048/2019-11

SEI nº 22302857

ANEXO V - PROPOSTA FINAL

DADOS DA PROPONENTE	
RAZAO SOCIAL	FLIR Systems Comércio de Câmeras Infravermelhas Ltda.
CNPJ	07.204.578/0001-09
INSCRICAO ESTADUAL	669.544.325.113
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	138.188
ENDERECO	Av. Antonio Bardella, nº 320 – Alto da Boa Vista – Sorocaba – São Paulo – CEP 18085-852
INFORMAÇÕES BANCÁRIAS	Banco: 755 Bank of America Merrill Lynch Agência: 1306 Conta Corrente: 1107801-1 FLIR Systems Brasil Comercio de Câmeras Infravermelhas Ltda. CNPJ 07.204.578/0001-09

PLANILHA DE PREÇO					
Item	Unid.	Quant	Descrição Técnica	Valor Unitário	Valor total
2	Pç	06	DJI M210RTK V2 XT2 640x512px de 19mm (30Hz); Zenmuse Z30; 8 TB55	R\$ 136.940,00	R\$ 821.640,00
Total R\$ 821.640,00 (Oitocentos e vinte e hum mil e seiscentos e quarenta reais)					

O valor total de proposta é de **R\$ 821.640,00 00 (Oitocentos e vinte e hum mil e seiscentos e quarenta reais)**

Os Pagamentos deverão ser efetuados **no Banco 755 Bank of America Meriil Lynch, Agência 1306, Conta Corrente nº 1107801-1.**

Validade da proposta não inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data da sua apresentação;

Declaração da proponente de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todas as despesas com custos, seguros, fretes, transporte, tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, por ventura, com serviços de terceiros, devido no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, que incidam direta ou indiretamente no valor do serviço ou material cotado que venham onerar o objeto desta aquisição.

Declaro regularidade perante o FGTS e o INSS, conforme Decisão nº 1.241/2002 – TCU – Plenário.

Declaração de garantia técnica de todos os itens, a partir da data de seu recebimento definitivo, contra defeitos de fábrica ou fabricação, ou de qualquer outro defeito, sem deixar de atender aos critérios definidos no termo de referência, por prazo mínimo de 24 meses.

No caso de adjudicação do contrato, o representante da nossa empresa que assinará o contrato será o Sr. Macson Guedes da Silva / CPF 166.728.168-28 / Diretor .

Havendo dúvidas ou questionamentos sobre quaisquer informações sobre nossos produtos ou cotação, favor contatar-nos diretamente no telefone (15) 3238-8075 – Lia Mariano – e-mail lia.mariano@flir.com.br .

Sorocaba, 03 de outubro de 2019.

Atenciosamente,



FLIR Systems Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA

CNPJ 07.204.578/0001-09

GLÓRIA NAIR MARTINS DA COSTA PINTO

CPF 213.728.978-44

Controller

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Modelo: DJI M210RTK V2 XT2 R de 640x512px – 19mm (30Hz) + Zenmuse Z30

Marca/Fabricante: DJI – DJI

Inclui o Gimbal DJI Zenmuse XT2

Detector microbolometro VOX não refrigerado de 30Hz de 640x512px com pitch de 17 µm

Faixa espectral de 7.5 a 13.5 µm

Lente de 45° (13mm) com abertura de f/1.25

Detector CMOS de 1/1.7" de 12M

Lente de 57°

Resolução de video em 4K Ultra HD

Inclui o Gimbal DJI Zenmuse Z30

Detector do tipo CMOS 1/2.8" de 2.13M

Zoom optico de 30x com lente de 63.7° a 2.3°

Resolução gravação de video em Full HD (1920x1080) a 25 e 30p

RPA Matrice 210

Peso máximo de decolagem: 6.14Kg

Operação com 2 baterias simultaneas de 7660mAh cada.

Acompanha 2 baterias TB55 de 7660mAh + 6 baterias extras (Total: 4 pares)

Bateria do tipo LiPo 6S de 22.8V e capacidade de 7.660mAh

Potencia máxima para carregamento: 180W

Autonomia de voo de até 38 minutos

Possui câmera visual de visão de primeira pessoa para manobra da aeronave (FPV)

Possui dupla conexão para montagem de 2 Gimbals ao mesmo tempo

Radio Controle: Cedence S

Frequencias de operação: 2.400 – 2.4835 GHz - 5.725 – 5.850 GHz

Distância Máxima de Transmissão:

. FCC: 8.000m

. CE: 5.000m

. SRRC: 5.000m

. MIC: 5.000m

Dispositivo DJI Crystal Sky de 7.85" Ultra Brightness com o brilho de 2.000cd/m²

Carregador com potencia nominal de 180W e HUB para conexão de 4 baterias

Maleta Rígida para transporte

Acompanha 2 baterias WB37 para o Crystal Sky e Cedence S

Acompanha 1 licença do software FLIR Thermal Studio para visualização, manipulação e relatórios de imagens e videos radiometricos.

Acompanha Certificado Rastreado à RBC / INMETRO em 11 pontos

Faixa -25° a +135°C: 2°C, AMB, 55°C e 120°C

Faixa -40° a 550°C: 2°C, AMB, 55°C, 120°C, 250°C, 350°C e 500°C



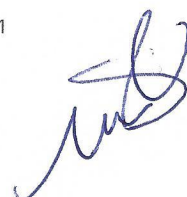
ANEXO V - PROPOSTA FINAL

DADOS DA PROPONENTE	
RAZAO SOCIAL	FLIR Systems Comércio de Câmeras Infravermelhas Ltda.
CNPJ	07.204.578/0001-09
INSCRICAO ESTADUAL	669.544.325.113
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	138.188
ENDERECO	Av. Antonio Bardella, nº 320 – Alto da Boa Vista – Sorocaba – São Paulo – CEP 18085-852
INFORMAÇÕES BANCÁRIAS	Banco: 755 Bank of America Merrill Lynch Agência: 1306 Conta Corrente: 1107801-1 FLIR Systems Brasil Comercio de Câmeras Infravermelhas Ltda. CNPJ 07.204.578/0001-09

PLANILHA DE PREÇO

Item	Unid.	Quant	Descrição Técnica	Valor Unitário	Valor total
4	pç	26	DJI Mavic 2 Enterprise Dual; 4 baterias	R\$ 23.860,00	R\$ 620,360,00
Total R\$ 620.360,00 (Seiscentos e vinte mil trezentos e sessenta reais)					

- O valor total de proposta é de **R\$ 620.360,00 (Seiscentos e vinte mil trezentos e sessenta reais)**
- Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco 755 Bank of America Meriil Lynch, Agência 1306, Conta Corrente nº 1107801-1.
- Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação;



- d) Declaração da proponente de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todas as despesas com custos, seguros, fretes, transporte, tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, por ventura, com serviços de terceiros, devido no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, que incidam direta ou indiretamente no valor do serviço ou material cotado que venham onerar o objeto desta aquisição.
- e) Declaro regularidade perante o FGTS e o INSS, conforme Decisão nº 1.241/2002 – TCU – Plenário.
- f) Declaração de garantia técnica de todos os itens, a partir da data de seu recebimento definitivo, contra defeitos de fábrica ou fabricação, ou de qualquer outro defeito, sem deixar de atender aos critérios definidos no termo de referência, por prazo mínimo de 24 meses.

No caso de adjudicação do contrato, o representante da nossa empresa que assinará o contrato será o Sr. Macson Guedes da Silva / CPF 166.728.168-28 / Diretor .

Havendo dúvidas ou questionamentos sobre quaisquer informações sobre nossos produtos ou cotação, favor contatar-nos diretamente no telefone (15) 3238-8075 – Lia Mariano – e-mail lia.mariano@flir.com.br .

Sorocaba, 02 de outubro de 2019.

Atenciosamente,



FLIR Systems Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA

CNPJ 07.204.578/0001-09

GLÓRIA NAIR MARTINS DA COSTA PINTO

CPF 213.728.978-44

Controller

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Modelo: DJI Mavic

Marca/Fabricante: DJI - DJI

DJI Mavic 2 Enterprise Dual

Detector microbolometro VOX não refrigerado de 160x120px com pitch de 12 µm

Faixa espectral de 8 a 14 µm;

Lente de 57º com abertura de f/1.1

Detector CMOS de 1/2.3" com resolução de 12M

Lente de aproximadamente 85º com abertura de f/2.8

Resolução de vídeo em 4K HD (3840x2160 a 30p)

Peso (sem acessórios) de 899g

Velocidade Máxima:

Subida: 4m/s

Descida: 3m/s

Autonomia de Voo: 31 minutos

Radio Controle:

Frequências de operação:

2.400 – 2.4835 GHz

5.725 – 5.850 GHz

Distância Máxima de Transmissão:

FCC: 8.000m

CE: 5.000m

SRRC: 5.000m

MIC: 5.000m

Carregador de baterias com potencia nominal de 60W

Bateria do tipo LiPo de 15.4V com capacidade de 3.850mAh (acompanha 3 bateria extra)





The World's Sixth Sense

ANEXO V - PROPOSTA FINAL

DADOS DA PROPONENTE

RAZAO SOCIAL	FLIR Systems Comércio de Câmeras Infravermelhas Ltda.
CNPJ	07.204.578/0001-09
INSCRICAO ESTADUAL	669.544.325.113
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	138.188
ENDERECO	Av. Antonio Bardella, nº 320 – Alto da Boa Vista – Sorocaba – São Paulo – CEP 18085-852
INFORMAÇÕES BANCÁRIAS	Banco: 755 Bank of America Merrill Lynch Agência: 1306 Conta Corrente: 1107801-1 FLIR Systems Brasil Comercio de Câmeras Infravermelhas Ltda. CNPJ 07.204.578/0001-09

PLANILHA DE PREÇO

Item	Unid.	Quant	Descrição Técnica	Valor Unitário	Valor total
2	Pç	06	DJI M210RTK V2 XT2 640x512px de 19mm (30Hz); Zenmuse Z30; 8 TB55	R\$ 136.940,00	R\$ 821.640,00
Total R\$ 821.640,00 (Oitocentos e vinte e hum mil e seiscentos e quarenta reais)					

O valor total de proposta é de **R\$ 821.640,00 00 (Oitocentos e vinte e hum mil e seiscentos e quarenta reais)**

Os Pagamentos deverão ser efetuados **no Banco 755 Bank of America Meriil Lynch, Agência 1306, Conta Corrente nº 1107801-1.**

Validade da proposta não inferior a **60** (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação;



The World's Sixth Sense[®]

Declaração da proponente de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todas as despesas com custos, seguros, fretes, transporte, tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, por ventura, com serviços de terceiros, devido no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, que incidam direta ou indiretamente no valor do serviço ou material cotado que venham onerar o objeto desta aquisição.

Declaro regularidade perante o FGTS e o INSS, conforme Decisão nº 1.241/2002 – TCU – Plenário.

Declaração de garantia técnica de todos os itens, a partir da data de seu recebimento definitivo, contra defeitos de fábrica ou fabricação, ou de qualquer outro defeito, sem deixar de atender aos critérios definidos no termo de referência, por prazo mínimo de 12 meses.

No caso de adjudicação do contrato, o representante da nossa empresa que assinará o contrato será o Sr. Macson Guedes da Silva / CPF 166.728.168-28 / Diretor .

Havendo dúvidas ou questionamentos sobre quaisquer informações sobre nossos produtos ou cotação, favor contatar-nos diretamente no telefone (15) 3238-8075 – Lia Mariano – e-mail lia.mariano@flir.com.br .

Sorocaba, 03 de outubro de 2019.

Atenciosamente,

FLIR Systems Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA

CNPJ 07.204.578/0001-09

Macson Guedes da Silva

CPF 166.728.168-28

Diretor

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Modelo: DJI M210RTK V2 XT2 R de 640x512px – 19mm (30Hz) + Zenmuse Z30

Marca/Fabricante: DJI – DJI

Inclui o Gimbal DJI Zenmuse XT2

Detector microbolometro VOX não refrigerado de 30Hz de 640x512px com pitch de 17 µm

Faixa espectral de 7.5 a 13.5 µm

Lente de 45º (13mm) com abertura de f/1.25

Detector CMOS de 1/1.7" de 12M

Lente de 57º

Resolução de vídeo em 4K Ultra HD

Inclui o Gimbal DJI Zenmuse Z30

Detector do tipo CMOS 1/2.8" de 2.13M

Zoom óptico de 30x com lente de 63.7º a 2.3º

Resolução gravação de vídeo em Full HD (1920x1080) a 25 e 30p

RPA Matrice 210 RTK V2

Peso máximo de decolagem: 6.14Kg

Operação com 2 baterias simultaneas de 7660mAh cada.

Acompanha 2 baterias TB55 de 7660mAh + 6 baterias extras (Total: 4 pares)

Bateria do tipo LiPo 6S de 22.8V e capacidade de 7.660mAh

Potencia máxima para carregamento: 180W

Autonomia de voo de até 38 minutos

Possui câmera visual de visão de primeira pessoa para manobra da aeronave (FPV)

Possui dupla conexão para montagem de 2 Gimbals ao mesmo tempo

Radio Controle: Cedence S

Frequencias de operação: 2.400 – 2.4835 GHz - 5.725 – 5.850 GHz

Distância Máxima de Transmissão:

. FCC: 8.000m

. CE: 5.000m

. SRRC: 5.000m

. MIC: 5.000m

Dispositivo DJI Crystal Sky de 7.85" Ultra Brightness com o brilho de 2.000cd/m²

Carregador com potencia nominal de 180W e HUB para conexão de 4 baterias

Maleta Rígida para transporte

Acompanha 2 baterias WB37 para o Crystal Sky e Cedence S

Acompanha 1 licença do software FLIR Thermal Studio para visualização, manipulação e relatórios de imagens e videos radiometricos.

Acompanha Certificado Rastreado à RBC / INMETRO em 11 pontos

Faixa -25° a +135°C: 2°C, AMB, 55°C e 120°C

Faixa -40° a 550°C: 2°C, AMB, 55°C, 120°C, 250°C, 350°C e 500°C



Fornecido com a câmera termográfica
Zenmuse XT2 e
DJI Matrice 200 Series V2

Proposta de Alteração (1355821948775)EI 083EI.026504026043/2019 pg.177/ pg. 24

MAIS ACESSÍVEIS QUE NUNCA

Combinando a constância de voo, estabilização de imagem, integração de aplicativos móveis e a transmissão imagética das poderosas DJI M200 V2 Series, M210, M210RTK com a tecnologia líder do setor em termografia FLIR, estes kits oferecem a solução mais avançada de imagens térmicas aéreas confiáveis e de rápida operação. Os kits M210 e M210RTK permitem instalar dois estabilizadores embaixo da aeronave, para que você possa voar com câmeras termográficas e visuais simultaneamente, ou montar a câmera com o estabilizador superior unitário. Todos os kits FLIR incluem o novo controle remoto Cendence S equipado com tecnologia OCUSYNC™ 2.0 e display CrystalSky de 7,8".



FLIR M200 V2
336-9 mm

Aeronave M200 V2, câmera termográfica XT2, de 640 × 512 (13, 19 ou 25 mm) e câmera visual de 12 MP, controle remoto Cendence, display CrystalSky de 7,8", 2 baterias TB55

Aplicações: incêndios, busca e resgate (SAR), inspeções estruturais básicas



FLIR M200 V2
640-13 mm, 640-19 mm ou 640-25 mm

Aeronave M200 V2, câmera termográfica XT2, de 640 × 512 (13, 19 ou 25 mm) e câmera visual de 12 MP, controle remoto Cendence, display CrystalSky de 7,8", 2 baterias TB55

Aplicações: incêndios, busca e resgate (SAR), inspeção de edifícios/telhados



FLIR M210 V2
640-13 mm, 640-19 mm ou 640-25 mm

Aeronave M210 V2, câmera termográfica XT2, de 640 × 512 (13, 19 ou 25 mm) e câmera visual de 12 MP, controle remoto Cendence, display CrystalSky de 7,8", 2 baterias TB55

Padrão de montagem inferior duplo, opcional de montagem superior unitário disponível

Operação de câmera dupla

Aplicações: inspeção de edifícios/telhados, inspeção solar



FLIR M210RTK V2
640-13 mm, 640-19 mm ou 640-25 mm

Aeronave M210RTK* V2, câmera termográfica XT2, de 640 × 512 (13, 19 ou 25 mm) e câmera visual de 12 MP, controle remoto Cendence, display CrystalSky de 7,8", 2 baterias TB55

Padrão de montagem inferior duplo, opcional de montagem superior unitário disponível

Operação de câmera dupla

Aplicações: áreas onde ocorra perda de sinal de GPS ou seja necessária maior precisão de GPS

*A unidade RTK integrada no modelo M210 RTK permite ao drone pairar com uma precisão de nível de centímetro por causa da melhoria nos dados de GPS, tornando assim as pequenas interferências com o sistema de transmissão potencialmente menos perigosas.



Zenmuse XT2

Todos os Kits FLIR de Inspeção Aérea Termográfica incluem:

- Câmera termográfica Zenmuse XT2 com MSX**
- Display CrystalSky de 7,8"
- Software FLIR Thermal Studio

Característica Chave para Operações Remotas

8 km (5 min)	38 min	IP43	1,45 kg* (3,2 lbs)
Alcance Máximo da Transmissão	Tempo Máximo de Voo	Classe de Proteção	Capacidade Máxima de Carga

* FLIR MSX® Multi-Spectral Dynamic Imaging adiciona detalhes importantes da câmera de luz visível integrada a toda a imagem térmica em tempo real, para aprimorar a perspectiva e segurança

*Capacidade máxima de carga por modelo: 1,45 kg (M200), 1,34 kg (M210), 1,23 kg (M210RTK)

Todos os Modelos Compatíveis com:



www.flir.com/dronesense

Todas as versões disponíveis em configurações de 9 Hz ou 30 Hz.

Proposta nº 1355626948779-01 (02/01/2020) - 19/10/2020, 20/10/2020, 21/10/2020, 22/10/2020, 23/10/2020, 24/10/2020, 25/10/2020, 26/10/2020, 27/10/2020, 28/10/2020, 29/10/2020, 30/10/2020, 31/10/2020, 01/11/2020, 02/11/2020, 03/11/2020, 04/11/2020, 05/11/2020, 06/11/2020, 07/11/2020, 08/11/2020, 09/11/2020, 10/11/2020, 11/11/2020, 12/11/2020, 13/11/2020, 14/11/2020, 15/11/2020, 16/11/2020, 17/11/2020, 18/11/2020, 19/11/2020, 20/11/2020, 21/11/2020, 22/11/2020, 23/11/2020, 24/11/2020, 25/11/2020, 26/11/2020, 27/11/2020, 28/11/2020, 29/11/2020, 30/11/2020, 01/12/2020, 02/12/2020, 03/12/2020, 04/12/2020, 05/12/2020, 06/12/2020, 07/12/2020, 08/12/2020, 09/12/2020, 10/12/2020, 11/12/2020, 12/12/2020, 13/12/2020, 14/12/2020, 15/12/2020, 16/12/2020, 17/12/2020, 18/12/2020, 19/12/2020, 20/12/2020, 21/12/2020, 22/12/2020, 23/12/2020, 24/12/2020, 25/12/2020, 26/12/2020, 27/12/2020, 28/12/2020, 29/12/2020, 30/12/2020, 31/12/2020, 01/01/2021, 02/01/2021, 03/01/2021, 04/01/2021, 05/01/2021, 06/01/2021, 07/01/2021, 08/01/2021, 09/01/2021, 10/01/2021, 11/01/2021, 12/01/2021, 13/01/2021, 14/01/2021, 15/01/2021, 16/01/2021, 17/01/2021, 18/01/2021, 19/01/2021, 20/01/2021, 21/01/2021, 22/01/2021, 23/01/2021, 24/01/2021, 25/01/2021, 26/01/2021, 27/01/2021, 28/01/2021, 29/01/2021, 30/01/2021, 31/01/2021, 01/02/2021, 02/02/2021, 03/02/2021, 04/02/2021, 05/02/2021, 06/02/2021, 07/02/2021, 08/02/2021, 09/02/2021, 10/02/2021, 11/02/2021, 12/02/2021, 13/02/2021, 14/02/2021, 15/02/2021, 16/02/2021, 17/02/2021, 18/02/2021, 19/02/2021, 20/02/2021, 21/02/2021, 22/02/2021, 23/02/2021, 24/02/2021, 25/02/2021, 26/02/2021, 27/02/2021, 28/02/2021, 29/02/2021, 01/03/2021, 02/03/2021, 03/03/2021, 04/03/2021, 05/03/2021, 06/03/2021, 07/03/2021, 08/03/2021, 09/03/2021, 10/03/2021, 11/03/2021, 12/03/2021, 13/03/2021, 14/03/2021, 15/03/2021, 16/03/2021, 17/03/2021, 18/03/2021, 19/03/2021, 20/03/2021, 21/03/2021, 22/03/2021, 23/03/2021, 24/03/2021, 25/03/2021, 26/03/2021, 27/03/2021, 28/03/2021, 29/03/2021, 30/03/2021, 31/03/2021, 01/04/2021, 02/04/2021, 03/04/2021, 04/04/2021, 05/04/2021, 06/04/2021, 07/04/2021, 08/04/2021, 09/04/2021, 10/04/2021, 11/04/2021, 12/04/2021, 13/04/2021, 14/04/2021, 15/04/2021, 16/04/2021, 17/04/2021, 18/04/2021, 19/04/2021, 20/04/2021, 21/04/2021, 22/04/2021, 23/04/2021, 24/04/2021, 25/04/2021, 26/04/2021, 27/04/2021, 28/04/2021, 29/04/2021, 30/04/2021, 01/05/2021, 02/05/2021, 03/05/2021, 04/05/2021, 05/05/2021, 06/05/2021, 07/05/2021, 08/05/2021, 09/05/2021, 10/05/2021, 11/05/2021, 12/05/2021, 13/05/2021, 14/05/2021, 15/05/2021, 16/05/2021, 17/05/2021, 18/05/2021, 19/05/2021, 20/05/2021, 21/05/2021, 22/05/2021, 23/05/2021, 24/05/2021, 25/05/2021, 26/05/2021, 27/05/2021, 28/05/2021, 29/05/2021, 30/05/2021, 31/05/2021, 01/06/2021, 02/06/2021, 03/06/2021, 04/06/2021, 05/06/2021, 06/06/2021, 07/06/2021, 08/06/2021, 09/06/2021, 10/06/2021, 11/06/2021, 12/06/2021, 13/06/2021, 14/06/2021, 15/06/2021, 16/06/2021, 17/06/2021, 18/06/2021, 19/06/2021, 20/06/2021, 21/06/2021, 22/06/2021, 23/06/2021, 24/06/2021, 25/06/2021, 26/06/2021, 27/06/2021, 28/06/2021, 29/06/2021, 30/06/2021, 01/07/2021, 02/07/2021, 03/07/2021, 04/07/2021, 05/07/2021, 06/07/2021, 07/07/2021, 08/07/2021, 09/07/2021, 10/07/2021, 11/07/2021, 12/07/2021, 13/07/2021, 14/07/2021, 15/07/2021, 16/07/2021, 17/07/2021, 18/07/2021, 19/07/2021, 20/07/2021, 21/07/2021, 22/07/2021, 23/07/2021, 24/07/2021, 25/07/2021, 26/07/2021, 27/07/2021, 28/07/2021, 29/07/2021, 30/07/2021, 31/07/2021, 01/08/2021, 02/08/2021, 03/08/2021, 04/08/2021, 05/08/2021, 06/08/2021, 07/08/2021, 08/08/2021, 09/08/2021, 10/08/2021, 11/08/2021, 12/08/2021, 13/08/2021, 14/08/2021, 15/08/2021, 16/08/2021, 17/08/2021, 18/08/2021, 19/08/2021, 20/08/2021, 21/08/2021, 22/08/2021, 23/08/2021, 24/08/2021, 25/08/2021, 26/08/2021, 27/08/2021, 28/08/2021, 29/08/2021, 30/08/2021, 31/08/2021, 01/09/2021, 02/09/2021, 03/09/2021, 04/09/2021, 05/09/2021, 06/09/2021, 07/09/2021, 08/09/2021, 09/09/2021, 10/09/2021, 11/09/2021, 12/09/2021, 13/09/2021, 14/09/2021, 15/09/2021, 16/09/2021, 17/09/2021, 18/09/2021, 19/09/2021, 20/09/2021, 21/09/2021, 22/09/2021, 23/09/2021, 24/09/2021, 25/09/2021, 26/09/2021, 27/09/2021, 28/09/2021, 29/09/2021, 30/09/2021, 01/10/2021, 02/10/2021, 03/10/2021, 04/10/2021, 05/10/2021, 06/10/2021, 07/10/2021, 08/10/2021, 09/10/2021, 10/10/2021, 11/10/2021, 12/10/2021, 13/10/2021, 14/10/2021, 15/10/2021, 16/10/2021, 17/10/2021, 18/10/2021, 19/10/2021, 20/10/2021, 21/10/2021, 22/10/2021, 23/10/2021, 24/10/2021, 25/10/2021, 26/10/2021, 27/10/2021, 28/10/2021, 29/10/2021, 30/10/2021, 31/10/2021, 01/11/2021, 02/11/2021, 03/11/2021, 04/11/2021, 05/11/2021, 06/11/2021, 07/11/2021, 08/11/2021, 09/11/2021, 10/11/2021, 11/11/2021, 12/11/2021, 13/11/2021, 14/11/2021, 15/11/2021, 16/11/2021, 17/11/2021, 18/11/2021, 19/11/2021, 20/11/2021, 21/11/2021, 22/11/2021, 23/11/2021, 24/11/2021, 25/11/2021, 26/11/2021, 27/11/2021, 28/11/2021, 29/11/2021, 30/11/2021, 01/12/2021, 02/12/2021, 03/12/2021, 04/12/2021, 05/12/2021, 06/12/2021, 07/12/2021, 08/12/2021, 09/12/2021, 10/12/2021, 11/12/2021, 12/12/2021, 13/12/2021, 14/12/2021, 15/12/2021, 16/12/2021, 17/12/2021, 18/12/2021, 19/12/2021, 20/12/2021, 21/12/2021, 22/12/2021, 23/12/2021, 24/12/2021, 25/12/2021, 26/12/2021, 27/12/2021, 28/12/2021, 29/12/2021, 30/12/2021, 31/12/2021, 01/01/2022, 02/01/2022, 03/01/2022, 04/01/2022, 05/01/2022, 06/01/2022, 07/01/2022, 08/01/2022, 09/01/2022, 10/01/2022, 11/01/2022, 12/01/2022, 13/01/2022, 14/01/2022, 15/01/2022, 16/01/2022, 17/01/2022, 18/01/2022, 19/01/2022, 20/01/2022, 21/01/2022, 22/01/2022, 23/01/2022, 24/01/2022, 25/01/2022, 26/01/2022, 27/01/2022, 28/01/2022, 29/01/2022, 30/01/2022, 31/01/2022, 01/02/2022, 02/02/2022, 03/02/2022, 04/02/2022, 05/02/2022, 06/02/2022, 07/02/2022, 08/02/2022, 09/02/2022, 10/02/2022, 11/02/2022, 12/02/2022, 13/02/2022, 14/02/2022, 15/02/2022, 16/02/2022, 17/02/2022, 18/02/2022, 19/02/2022, 20/02/2022, 21/02/2022, 22/02/2022, 23/02/2022, 24/02/2022, 25/02/2022, 26/02/2022, 27/02/2022, 28/02/2022, 29/02/2022, 01/03/2022, 02/03/2022, 03/03/2022, 04/03/2022, 05/03/2022, 06/03/2022, 07/03/2022, 08/03/2022, 09/03/2022, 10/03/2022, 11/03/2022, 12/03/2022, 13/03/2022, 14/03/2022, 15/03/2022, 16/03/2022, 17/03/2022, 18/03/2022, 19/03/2022, 20/03/2022, 21/03/2022, 22/03/2022, 23/03/2022, 24/03/2022, 25/03/2022, 26/03/2022, 27/03/2022, 28/03/2022, 29/03/2022, 30/03/2022, 31/03/2022, 01/04/2022, 02/04/2022, 03/04/2022, 04/04/2022, 05/04/2022, 06/04/2022, 07/04/2022, 08/04/2022, 09/04/2022, 10/04/2022, 11/04/2022, 12/04/2022, 13/04/2022, 14/04/2022, 15/04/2022, 16/04/2022, 17/04/2022, 18/04/2022, 19/04/2022, 20/04/2022, 21/04/2022, 22/04/2022, 23/04/2022, 24/04/2022, 25/04/2022, 26/04/2022, 27/04/2022, 28/04/2022, 29/04/2022, 30/04/2022, 01/05/2022, 02/05/2022, 03/05/2022, 04/05/2022, 05/05/2022, 06/05/2022, 07/05/2022, 08/05/2022, 09/05/2022, 10/05/2022, 11/05/2022, 12/05/2022, 13/05/2022, 14/05/2022, 15/05/2022, 16/05/2022, 17/05/2022, 18/05/2022, 19/05/2022, 20/05/2022, 21/05/2022, 22/05/2022, 23/05/2022, 24/05/2022, 25/05/2022, 26/05/2022, 27/05/2022, 28/05/2022, 29/05/2022, 30/05/2022, 31/05/2022, 01/06/2022, 02/06/2022, 03/06/2022, 04/06/2022, 05/06/2022, 06/06/2022, 07/06/2022, 08/06/2022, 09/06/2022, 10/06/2022, 11/06/2022, 12/06/2022, 13/06/2022, 14/06/2022, 15/06/2022, 16/06/2022, 17/06/2022, 18/06/2022, 19/06/2022, 20/06/2022, 21/06/2022, 22/06/2022, 23/06/2022, 24/06/2022, 25/06/2022, 26/06/2022, 27/06/2022, 28/06/2022, 29/06/2022, 30/06/2022, 01/07/2022, 02/07/2022, 03/07/2022, 04/07/2022, 05/07/2022, 06/07/2022, 07/07/2022, 08/07/2022, 09/07/2022, 10/07/2022, 11/07/2022, 12/07/2022, 13/07/2022, 14/07/2022, 15/07/2022, 16/07/2022, 17/07/2022, 18/07/2022, 19/07/2022, 20/07/2022, 21/07/2022, 22/07/2022, 23/07/2022, 24/07/2022, 25/07/2022, 26/07/2022, 27/07/2022, 28/07/2022, 29/07/2022, 30/07/2022, 31/07/2022, 01/08/2022, 02/08/2022, 03/08/2022, 04/08/2022, 05/08/2022, 06/08/2022, 07/08/2022, 08/08/2022, 09/08/2022, 10/08/2022, 11/08/2022, 12/08/2022, 13/08/2022, 14/08/2022, 15/08/2022, 16/08/2022, 17/08/2022, 18/08/2022, 19/08/2022, 20/08/2022, 21/08/2022, 22/08/2022, 23/08/2022, 24/08/2022, 25/08/2022, 26/08/2022, 27/08/2022, 28/08/2022, 29/08/2022, 30/08/2022, 31/08/2022, 01/09/2022, 02/09/2022, 03/09/2022, 04/09/2022, 05/09/2022, 06/09/2022, 07/09/2022, 08/09/2022, 09/09/2022, 10/09/2022, 11/09/2022, 12/09/2022, 13/09/2022, 14/09/2022, 15/09/2022, 16/09/2022, 17/09/2022, 18/09/2022, 19/09/2022, 20/09/2022, 21/09/2022, 22/09/2022, 23/09/2022, 24/09/2022, 25/09/2022, 26/09/2022, 27/09/2022, 28/09/2022, 29/09/2022, 30/09/2022, 01/10/2022, 02/10/2022, 03/10/2022, 04/10/2022, 05/10/2022, 06/10/2022, 07/10/2022, 08/10/2022, 09/10/2022, 10/10/2022, 11/10/2022, 12/10/2022, 13/10/2022, 14/10/2022, 15/10/2022, 16/10/2022, 17/10/2022, 18/10/2022, 19/10/2022, 20/10/2022, 21/10/2022, 22/10/2022, 23/10/2022, 24/10/2022, 25/10/2022, 26/10/2022, 27/10/2022, 28/10/2022, 29/10/2022, 30/10/2022, 31/10/2022, 01/11/2022, 02/11/2022, 03/11/2022, 04/11/2022, 05/11/2022, 06/11/2022, 07/11/2022, 08/11/2022, 09/11/2022, 10/11/2022, 11/11/2022, 12/11/2022, 13/11/2022, 14/11/2022, 15/11/2022, 16/11/2022, 17/11/2022, 18/11/2022, 19/11/2022, 20/11/2022, 21/11/2022, 22/11/2022, 23/11/2022, 24/11/2022, 25/11/2022, 26/11/2022, 27/11/2022, 28/11/2022, 29/11/2022, 30/11/2022, 01/12/2022, 02/12/2022, 03/12/2022, 04/12/2022, 05/12/2022, 06/12/2022, 07/12/2022, 08/12/2022, 09/12/2022, 10/12/2022, 11/12/2022, 12/12/2022, 13/12/2022, 14/12/2022, 15/12/2022, 16/12/2022, 17/12/2022, 18/12/2022, 19/12/2022, 20/12/2022, 21/12/2022, 22/12/2022, 23/12/2022, 24/12/2022, 25/12/2022, 26/12/2022, 27/12/2022, 28/12/2022, 29/12/2022, 30/12/2022, 31/12/2022, 01/01/2023, 02/01/2023, 03/01/2023, 04/01/2023, 05/01/2023, 06/01/2023, 07/01/2023, 08/01/2023, 09/01/2023, 10/01/2023, 11/01/2023, 12/01/2023, 13/01/2023, 14/01/2023, 15/01/2023, 16/01/2023, 17/01/2023, 18/01/2023, 19/01/2023, 20/01/2023, 21/01/2023, 22/01/2023, 23/01/2

ESPECIFICAÇÕES

KITS DISPONÍVEIS	FLIR M200 XT2 R 336-9 mm	FLIR M200 XT2 R 640-13 mm, 640-19 mm ou 640-25 mm	FLIR M210 XT2 R 640-13 mm, 640-19 mm ou 640-25 mm	FLIR M210RTK XT2 R 640-13 mm, 640-19 mm ou 640-25 mm
Modelo da Aeronave¹	DJI Series V2 M200¹	DJI Series V2 M200	DJI Series V2 M210¹	DJI Series V2 M210RTK¹
Interface de Tablet Inclusa	Display DJI CrystalSky de 7,85"	Display DJI CrystalSky de 7,85"	Display DJI CrystalSky de 7,85"	Display DJI CrystalSky de 7,85"
1 Unidade Controle Remoto incluída	DJI Cendence S	DJI Cendence S	DJI Cendence S	DJI Cendence S
Bateria da Aeronave	Qtd: 2 baterias TB 55 (7660 mAh)	Qtd: 2 baterias TB 55 (7660 mAh)	Qtd: 2 baterias TB 55 (7660 mAh)	Qtd 2 TB55 (7660 mAh)
Conexão de Estabilizador	Estabilizador inferior unitário	Estabilizador inferior unitário	Estabilizador inferior unitário, Estabilizador inferior duplo	Estabilizador inferior unitário, Estabilizador inferior duplo
Câmeras Compatíveis	Zenmuse XT2 (incluído) Zenmuse X5S (opcional)* Zenmuse X30 (opcional)*	Zenmuse XT2 (incluído) Zenmuse X5S (opcional)* Zenmuse X30 (opcional)*	Zenmuse XT2 (incluído) Zenmuse X5S (opcional)* Zenmuse X30 (opcional)*	Zenmuse XT2 (incluído) Zenmuse X5S (opcional)* Zenmuse X30 (opcional)*
Câmera Zenmuse XT2	XT2 336 × 256 – 9 mm FOV de 35° × 27°	XT2 640 × 512 – 13 mm FOV de 45° × 37° XT2 640 × 512 – 19 mm FOV de 32° × 26° XT2 640 × 512 – 25 mm FOV de 25° × 20°	XT2 640 × 512 – 13 mm FOV de 45° × 37° XT2 640 × 512 – 19 mm FOV de 32° × 26° XT2 640 × 512 – 25 mm FOV de 25° × 20°	XT2 640 × 512 – 13 mm FOV de 45° × 37° XT2 640 × 512 – 19 mm FOV de 32° × 26° XT2 640 × 512 – 25 mm FOV de 25° × 20°
Taxa de Quadros	30 Hz ou 9 Hz (dependente da região)	30 Hz ou 9 Hz (dependente da região)	30 Hz ou 9 Hz (dependente da região)	30 Hz ou 9 Hz (dependente da região)
Gerador de Imagens Térmicas	Microbolômetro VOX não refrigerado, 7,5 – 13,5 µm	Microbolômetro VOX não refrigerado, 7,5 – 13,5 µm	Microbolômetro VOX não refrigerado, 7,5 – 13,5 µm	Microbolômetro VOX não refrigerado, 7,5 – 13,5 µm
Sensibilidade de IV	< 50 mK a f/1,0	< 50 mK a f/1,0	< 50 mK a f/1,0	< 50 mK a f/1,0
Faixa de Cena (Alto Ganho)	-25 °C a 100 °C (-13 °F a 212 °F)	-25 °C a 135 °C (-13 °F a 275 °F)	-25 °C a 135 °C (-13 °F a 275 °F)	-25 °C a 135 °C (-13 °F a 275 °F)
Faixa de Cena (Baixo Ganho)	-40 °C a 550 °C (-40 °F a 1022 °F)	-40 °C a 550 °C (-40 °F a 1022 °F)	-40 °C a 550 °C (-40 °F a 1022 °F)	-40 °C a 550 °C (-40 °F a 1022 °F)
Formato de Foto Termográfica/Vídeo	JPEG, TIFF, R-JPEG/8 bits MOV, MP4/14 BITS Sequência TIFF, SEQ	JPEG, TIFF, R-JPEG/8 bits MOV, MP4/14 BITS Sequência TIFF, SEQ	JPEG, TIFF, R-JPEG/8 bits MOV, MP4/14 BITS Sequência TIFF, SEQ	JPEG, TIFF, R-JPEG/8 bits MOV, MP4/14 BITS Sequência TIFF, SEQ
Câmera Visual	12 MP, CMOS de 1/1,7", FOV de 57,12° × 42,44°	12 MP, CMOS de 1/1,7", FOV de 57,12° × 42,44°	12 MP, CMOS de 1/1,7", FOV de 57,12° × 42,44°	12 MP, CMOS de 1/1,7", FOV de 57,12° × 42,44°
Foto/Vídeo Visual	4K Ultra HD: 3840 × 210, 29,97p FHD: 1920 × 1080, 29,97p JPEG/MOV, MP4	4K Ultra HD: 3840 × 210, 29,97p FHD: 1920 × 1080, 29,97p JPEG/MOV, MP4	4K Ultra HD: 3840 × 210, 29,97p FHD: 1920 × 1080, 29,97p JPEG/MOV, MP4	4K Ultra HD: 3840 × 210, 29,97p FHD: 1920 × 1080, 29,97p JPEG/MOV, MP4
Armazenamento de Arquivos	Micro SD, capacidade máxima: 128 GB. UHS-3 necessário. SanDisk Extreme 16/32 GB UHS-3 micro-SDHC ou SanDisk Extreme 16/128 GB UHS-3 microSDXC recomendado	Micro SD, capacidade máxima: 128 GB. UHS-3 necessário SanDisk Extreme 16/32 GB UHS-3 micro-SDHC ou SanDisk Extreme 16/128 GB UHS-3 microSDXC recomendado	Micro SD, capacidade máxima: 128 GB. UHS-3 necessário SanDisk Extreme 16/32 GB UHS-3 micro-SDHC ou SanDisk Extreme 16/128 GB UHS-3 microSDXC recomendado	Micro SD, capacidade máxima: 128 GB. UHS-3 necessário SanDisk Extreme 16/32 GB UHS-3 micro-SDHC ou SanDisk Extreme 16/128 GB UHS-3 microSDXC recomendado
Peso (Eixo Pivotante)	588 g (20,7 oz)	588 g (20,7 oz)	588 g (20,7 oz)	588 g (20,7oz)

Software	
FLIR Tools+	Download em flir.com para lidar e analisar imagens térmicas
FLIR Thermal Studio	Incluído com todos os Kits FLIR para agilizar o processamento de imagens térmicas e a criação de relatórios

Observações:

1. Detalhes completos da aeronave disponíveis em www.dji.com/matrice-200-series-v2/specs e sujeitos a alterações pela DJI.

*Entre em contato com o revendedor da FLIR para saber os preços de acessórios opcionais como Z30, X5S, baterias adicionais ou unidades de controle remoto.



The World's **Sixth Sense**™

MERCADOS DOS EUA

Observe que, na maioria dos casos, a operação dos Sistemas Aéreos Não Tripulados vendidos pela FLIR Systems para os mercados dos EUA constitui uso comercial e exige os registros da FAA adequados que podem incluir requisito de licença de piloto. Registros ou certificações não são apresentados no momento da aquisição de uma câmera e devem ser obtidos pelo comprador. O treinamento de operador é altamente recomendável.

O equipamento aqui descrito pode exigir autorização do Governo dos Estados Unidos para fins de exportação.

Alterações contrárias às leis dos EUA são proibidas. Imagens meramente ilustrativas. As especificações estão sujeitas a alterações sem aviso prévio. ©2019 FLIR Systems, Inc. Todos os direitos reservados. 19-0630 –

Atualização em 08/04/2019

CORPORATE HEADQUARTERS

FLIR Systems, Inc.
27700 SW Parkway Ave.
Wilsonville, OR 97070
USA
PH: +1 877.773.3547

NASHUA

FLIR Systems, Inc.
9 Townsend West
Nashua, NH 03063
USA
PH: +1 866.477.3687

LATIN AMERICA

FLIR Systems Brasil
Av. Antonio Bardella, 320
Alto da Boa Vista
18085-852 - Sorocaba, SP
Tel: +55 15 3238-8070

KVR

Energy Limited

Office: #566 Southern Main Road
California (Pt Lisas Industrial Estate)
Trinidad, West Indies.

Mailing: #4 Monica Street
Point Pleasant Park
Cunupia
Trinidad, West Indies.

Office: 1 868 293 FLIR; 1 868 363 FLIR
Fax: 1 868 672 2872
Email: vikash.rajnauth@kvrel.com
www.kvrel.com

VAT Registration No. 325052

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa Flir Systems Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA, CNPJ 07.204.578/0001-09, forneceu DJI INSPIRE 1 (Serial No. W13DCK24050654) drone(s) com câmera térmica para esta empresa, sendo que tais equipamentos são de ótima qualidade atendendo a contento os anseios e finalidades para as quais se destinam, tendo sido entregue no tempo pactuado.

San Juan, 22, de Dezembro de 2016

Razão Social - Energia KVR Limitada

Nome do responsável - VIKASH RAJNAUTH

Da empresa -

Carimbo



KVR ENERGY LIMITED



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa Flir Systems Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA, CNPJ 07.204.578/0001-09, forneceu 01 drone com câmera térmica para esta empresa, sendo que tais equipamentos são de ótima qualidade atendendo a contento os anseios e finalidades para as quais se destinam, tendo sido entregue no tempo pactuado.

Lima, 21 Dezembro 2016



ESTUARDO SERPA
Gerente General
PRED & ASOCIADOS S.A.C.



The World's Sixth Sense™

ANEXO V - PROPOSTA FINAL

DADOS DA PROPONENTE	
RAZAO SOCIAL	FLIR Systems Comércio de Câmeras Infravermelhas Ltda.
CNPJ	07.204.578/0001-09
INSCRICAO ESTADUAL	669.544.325.113
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	138.188
ENDEREÇO	Av. Antonio Bardella, nº 320 – Alto da Boa Vista – Sorocaba – São Paulo – CEP 18085-852
INFORMAÇÕES BANCÁRIAS	Banco: 755 Bank of America Merrill Lynch Agência: 1306 Conta Corrente: 1107801-1 FLIR Systems Brasil Comercio de Câmeras Infravermelhas Ltda. CNPJ 07.204.578/0001-09

PLANILHA DE PREÇO					
Item	Unid.	Quant	Descrição Técnica	Valor Unitário	Valor total
4	pç	26	DJI Mavic 2 Enterprise Dual; 4 baterias	R\$ 23.860,00	R\$ 620.360,00
Total R\$ 620.360,00 (Seiscentos e vinte mil trezentos e sessenta reais)					

- a) O valor total de proposta é de **R\$ 620.360,00 (Seiscentos e vinte mil trezentos e sessenta reais)**
- b) Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco 755 Bank of America Meriil Lynch, Agência 1306, Conta Corrente nº 1107801-1.
- c) Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação;

Page 1

- d) Declaração da proponente de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todas as despesas com custos, seguros, fretes, transporte, tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, por ventura, com serviços de terceiros, devido no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, que incidam direta ou indiretamente no valor do serviço ou material cotado que venham onerar o objeto desta aquisição.
- e) Declaro regularidade perante o FGTS e o INSS, conforme Decisão nº 1.241/2002 – TCU – Plenário.
- f) Declaração de garantia técnica de todos os itens, a partir da data de seu recebimento definitivo, contra defeitos de fábrica ou fabricação, ou de qualquer outro defeito, sem deixar de atender aos critérios definidos no termo de referência, por prazo mínimo de 12 meses.

No caso de adjudicação do contrato, o representante da nossa empresa que assinará o contrato será o Sr. Macson Guedes da Silva / CPF 166.728.168-28 / Diretor .

Havendo dúvidas ou questionamentos sobre quaisquer informações sobre nossos produtos ou cotação, favor contatar-nos diretamente no telefone (15) 3238-8075 – Lia Mariano – e-mail lia.mariano@flir.com.br .

Sorocaba, 02 de outubro de de 2019.

Atenciosamente,



FLIR Systems Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA
CNPJ 07.204.578/0001-09
Macson Guedes da Silva
CPF 166.728.168-28
Diretor

07.204.578/0001-09
FLIR SYSTEMS BRASIL COM. DE
CÂMERAS INFRVERMELHAS LTDA
Av. Antonio Bardella, 320
Alto da Boa Vista - CEP 18085-852
SOROCABA - SP

Macson Guedes
Managing Director Latin America
CPF: 166.728.168-28
RG: 29.322.874
FLIR Systems

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Modelo: DJI Mavic

Marca/Fabricante: DJI - DJI

DJI Mavic 2 Enterprise Dual

Detector microbolometro VOX não refrigerado de 160x120px com pitch de 12 µm

Faixa espectral de 8 a 14 µm;

Lente de 57º com abertura de f/1.1

Detector CMOS de 1/2.3" com resolução de 12M

Lente de aproximadamente 85º com abertura de f/2.8

Resolução de vídeo em 4K HD (3840x2160 a 30p)

Peso (sem acessórios) de 899g

Velocidade Máxima:

Subida: 4m/s

Descida: 3m/s

Autonomia de Voo: 31 minutos

Radio Controle:

Frequências de operação:

2.400 – 2.4835 GHz

5.725 – 5.850 GHz

Distância Máxima de Transmissão:

FCC: 8.000m

CE: 5.000m

SRRC: 5.000m

MIC: 5.000m

Carregador de baterias com potencia nominal de 60W

Bateria do tipo LiPo de 15.4V com capacidade de 3.850mAh (acompanha 3 bateria extra)





www.dji.com/mavic-2-enterprise
Follow us @DJIEnterprise



MAVIC 2 ENTERPRISE

BUILT TO EMPOWER. DESTINED TO SERVE.



A REVOLUTIONARY PLATFORM FOR EVERYDAY WORKERS

Designed to empower a new generation of workers, the Mavic 2 Enterprise is the ultimate expression of a tool that delivers beyond expectation to meet current workplace challenges and future demands.



Zoom Camera



Dual Camera



OcuSync 2.0



Modular Accessories



Password Protection



DJI AirSense



MAVIC 2 ENTERPRISE DUAL

Visible and Thermal Imagery

Integrated Radiometric FLIR Thermal Sensor ·

Adjustable Parameters for Emissivity & Reflective Surfaces ·

Multiple Display Modes: FLIR MSX®, Infrared & Visible ·



MAVIC 2 ENTERPRISE

Powerful Zoom Capability

· 12 MP 1/2.3" CMOS Sensor

· Dynamic Zoom: 2x Optical 3x Digital Zoom Capability

· Post Analysis Metadata: GPS Timestamping

DO MORE ACROSS A RANGE OF APPLICATIONS



FIREFIGHTING

Fight fires and save lives with greater ease and mobility across your site.



SEARCH AND RESCUE

Locate missing people and tactically respond in emergency situations.



LAW ENFORCEMENT

De-escalate conflicts in emergency situations to maintain public safety and safeguard response teams.



POWERLINE INSPECTION

Safely conduct inspections on critical infrastructure, expediting routine maintenance tasks.



CELL TOWER INSPECTION

Perform inspections with added safety and enhanced efficiency.



BRIDGE INSPECTION

See the bigger picture in complex structures without getting too close to the asset.

LEAD WITHOUT LIMITS. WORK BEYOND YOUR BOUNDARIES.

Unlock the possibilities of flight with an extended port that allows you to connect additional devices onto the drone, helping you perform at your best in a variety of daily and critical missions.



M2E SPOTLIGHT

Direct lost persons with greater ease using a dual spotlight that enhances your vision in low-light areas.



M2E SPEAKER

Communicate with ground teams during emergency situations, effectively guiding pilots and workers across the operation.



M2E BEACON

Conduct night missions with absolute safety, allowing other pilots to easily spot you from a distance while you're operating on site.

REFINED IMAGING FOR TACTICAL & PRACTICAL USE.

The imaging system has been developed with two goals in mind; assisting pilots in close-range missions; and ensuring captured data is more relevant and trusted than ever.



UNDERSTAND & UTILIZE THE POWER OF YOUR DATA

Visualize scenarios in real time, monitor and measure objects on site more safely and efficiently so you can make the most informed decisions.



FLIR MSX

Combine visible and thermal imagery in real time



SPOT METER

Monitor and measure temperatures

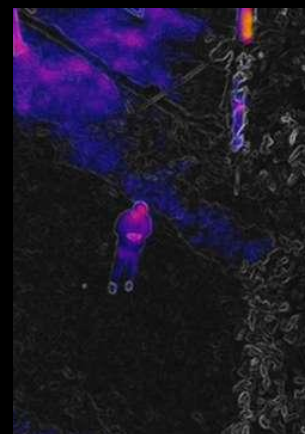


AREA MEASUREMENT

Oversee temperature measurements on specific areas

OPERATE WITH CLARITY AND ENHANCED VISION

For enhanced image visibility on all your captured data, Isotherm helps you get accurate heat measurements on a variety of objects and scenarios.



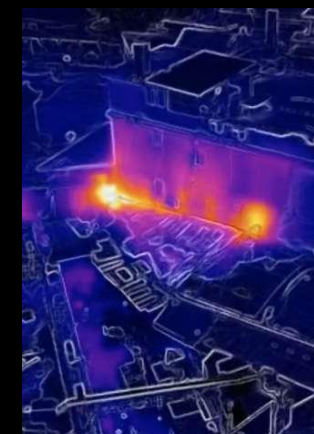
SEARCH PEOPLE

Enhance image visibility for on-the-ground team missions



SEARCH FIRE

Enhance image visibility for improved situational awareness



CUSTOMIZE

Create predefined isotherm settings

REFINED IMAGING FOR TACTICAL & PRACTICAL USE.

The imaging system has been developed with two goals in mind; assisting pilots in close-range missions; and ensuring captured data is more relevant and trusted than ever.



Zoom In. Zoom Out.

Stay close to the action – but away from the danger. The Mavic 2 Enterprise is equipped with a 2x optical zoom camera that lets you operate in close range missions without putting yourself in harm's way.

2x	3x	4K / 30p	1 / 2.3"
Optical Zoom	Digital Zoom	Video Recording at 30 fps	12 Megapixel CMOS Sensor



Data You Can Trust.

Like your iOS or Android device, GPS timestamping records the time and date that images are taken, so you can leverage data for industry level applications where accuracy is essential and timing is vital.

IN-BUILT CONTROLS AT YOUR COMMAND.

Fly with confidence using a range of advanced controls that are sophisticated in design and refined to give you the ultimate flying experience – every time you take off.



Less Interference. Enhanced Transmission.

Experience sheer flying performance with OcuSync 2.0, which supports automatic dual frequency band switching. This ensures a more reliable and stable flight, and enhanced video transmission of up to 8 km at 1080p resolution.



Move with Grace.

Swiftly maneuver through complex environments with a powerful propulsion system that boasts minimal sound, and offers extended flight time of up to 31 minutes and a maximum speed of 72 kph.



More Room for Your Missions.

With a 24 GB internal storage, you can now store a lot more data for your missions, allowing you to get more done without the constant need of transferring images manually over SD card.



Average Flight Time with Each Accessory

Mavic 2 Enterprise + M2E Spotlight = 25 min
Mavic 2 Enterprise + M2E Beacon = 25 min
Mavic 2 Enterprise + M2E Speaker = 25 min

EVERYWHERE YOU GO. THE POWER IS ALWAYS WITH YOU.

Slim enough to carry anywhere and engineered to handle any task – whenever duty calls.



Foldable. Compact. Portable.

At 905 g the Mavic 2 Enterprise is rapidly foldable and swiftly slides in the side of your belt package, giving you instant power that's easily accessible and transportable – wherever you operate.



Self-Heating Batteries for Adverse Environments.

Stay powered on in demanding climates with a suite of smart self-heating batteries that are capable of working in sub-zero temperatures.



YOUR IN-FLIGHT SAFETY. OUR TOP PRIORITY.

From take-off to landing, we've refined the way you interact with your drone and the environment, ensuring you have a safe and productive flight at all times.



Your Aircraft and Data. Under Your Control.

Simply enter your password to get access to your device and all of its features and functions. This intuitive way of logging in to your device ensures secure access to your drone, thus preventing leakage of sensitive information.



Always in the Know of Your Immediate Airspace.

Avoid hazards in the sky with DJI AirSense, which enhances your airspace safety by giving you instant real-time positioning alerts on nearby manned aircraft.



Fly Safer Than Ever.

Experience an unrivaled flight with omnidirectional obstacle sensing. This advanced sensing system enables you to fly and hover with more stability than ever in a wide range of open and complex environments.



Sense and Avoid with Ease.

The Advanced Pilot Assistance System intuitively detects objects near your drone's every move, letting you easily fly around or over obstacles, particularly in tight spaces.

PROFESSIONAL FLIGHT CONTROL & APP COMPATIBILITY

DJI PILOT

DJI Pilot is a robust Android and iOS app developed specifically for enterprise users to unleash the power of their DJI drones. With development made specifically for the Mavic 2 Enterprise, DJI Pilot optimizes your flight capability for peak performance.



Direct Flight Control

Access camera and accessory settings, intelligent flight modes and more with a single touch.

Conduct Automated Flights

Perform repeatable data collection missions and conduct them automatically.

DJI Pilot is available to download on Google Play or the App Store for iOS.

DJI FlightHub

DJI FlightHub is a one-stop solution for managing your drone operations, supporting large organizations to effectively scale their aerial operations. Compatible with the Mavic 2 Enterprise, you can integrate FlightHub directly into your existing fleet of DJI drones and leverage its aerial intel across your organization.



Live Operations

Enhance project coordination with real-time information from remote drone operations.

Flight Data

Improve operations management and ensure regulatory compliance with easy flight log recording.

Fleets & Pilots

Increase team efficiency and communication by organizing your teams and records around projects.

You can learn more at www.dji.com/flighthub

MOBILE SDK

The DJI Mobile SDK is a software development kit designed to give developers access to the full capabilities of DJI's aircraft through a connected mobile device. The SDK simplifies the application development process by taking care of lower level functionality such as flight stabilization, battery management and more, so developers can focus their efforts on more defined functions to create an application that meets their industry-specific needs.

DJI ENTERPRISE SHIELD

Comprehensive Protection for Your Fleet

Get covered with DJI's Enterprise Shield – a drone protection service plan exclusively created for DJI's commercial drone operators. Tailored to give pilots peace of mind on every single flight, Enterprise Shield can cover a broad range of repairs and provide rapid replacement units so your fleet is always online.



Existing Mobile SDK Activations

Leading companies and developers are bringing ground-breaking solutions to the industry using Mobile SDK.

3,000,000+

Installations of MSDK Apps

500+

Completed MSDK Apps



Purchase Enterprise Shield

To purchase Enterprise Shield for your Mavic 2 Enterprise, you can contact your local enterprise distributor or send an email to na.enterprise@dji.com.

SPECIFICATIONS

Aircraft	Takeoff Weight (without accessories)	Zoom Edition : 905 g ; Dual Edition : 899 g		
	Dimensions	Folded: 214×91×84 mm; Unfolded: 322×242×84 mm		
	Diagonal Length	354 mm		
	Max Flight Time (no wind)	31 minutes (at a constant speed of 25 kph)		
	Max Hovering Time (no wind)	29 min Turn on the Beacon: 27 min;Turn off the beacon:28 min Turn on the Spotlight: 22 min;Turn off the Spotlight:26 min Turn on the Speaker: 22 min;Turn off the Speaker:26 min		
	Internal Storage	24 GB		
Sensing System	Sensing System	Omnidirectional Obstacle Sensing		
	Operating Environment	Forward, Backward and Sides:Surface with clear pattern and adequate lighting (lux > 15) Upward:Detects diffuse reflection surfaces (>20%) (walls, trees, people, etc.) Downward:Surface with clear pattern and adequate lighting (lux > 15) Detects diffuse reflection surfaces (>20%) (walls, trees, people, etc.)		
Camera	Camera Type	M2ED Thermal Camera	M2ED Visual Camera	M2E Camera
	Sensor	FLIR Thermal Sensor	1/2.3" CMOS, 12 Megapixels	
	FOV	57°	approx. 85°	82.6°(24mm) : 47.8°(48 mm)
	Format equivalent	-	24 mm	24-48 mm
	Aperture	Aperture: f/1.1	f/2.8	f/2.8(24 mm) -f/3.8 (48 mm)
	Auto focus at	-	0.5 m - ∞	0.5 m - ∞

Accessories	M2E Spotlight	M2E Beacon	M2E Speaker
Dimensions	68x60x41 mm	66x40x27.8 mm	68x55x65 mm
Weight	58 g	24 g	61 g
Port Type	USB Micro-B	USB Micro-B	USB Micro-B
Operating Range	30 m	5000 m	-
Power	Max. 26W	Avg. 1.6W	Max.10W
Illuminance	FOV17° Max : 11lux @ 30 m Straight	Min Angle : 55 cd Light intensity : 157 cd	-
Decibel	-	-	100 dB (1 meter distance)
Max Voice Bitrate	-	-	16kbps

Order a Mavic 2 Enterprise Today

The Mavic 2 Enterprise will be available for pre-order from official DJI Enterprise dealers. For more information about the Mavic 2 Enterprise, please visit www.dji.com/mavic-2-enterprise

About DJI Enterprise

DJI Enterprise is a global team dedicated to developing world class drone solutions for a new generation of work. These solutions help businesses across the agricultural, infrastructure, public safety sectors and more to empower workers, enhance jobs and digitize operations.



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa Flir Systems Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA, CNPJ 07.204.578/0001-09, forneceu 01 drone com câmera térmica para esta empresa, sendo que tais equipamentos são de ótima qualidade atendendo a contento os anseios e finalidades para as quais se destinam, tendo sido entregue no tempo pactuado.

Lima, 21 Dezembro 2016


ESTUARDO SERPA
Gerente General
PRED & ASOCIADOS S.A.C.

KVR

Energy Limited

Office: #566 Southern Main Road
California (Pt Lisas Industrial Estate)
Trinidad, West Indies.

Mailing: #4 Monica Street
Point Pleasant Park
Cunupia
Trinidad, West Indies.

Office: 1 868 293 FLIR; 1 868 363 FLIR
Fax: 1 868 672 2872
Email: vikash.rajnauth@kvrel.com
www.kvrel.com

VAT Registration No. 325052

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa Flir Systems Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA, CNPJ 07.204.578/0001-09, forneceu DJI INSPIRE 1 (Serial No. W13DCK24050654) drone(s) com câmera térmica para esta empresa, sendo que tais equipamentos são de ótima qualidade atendendo a contento os anseios e finalidades para as quais se destinam, tendo sido entregue no tempo pactuado.

San Juan, 22, de Dezembro de 2016

Razão Social - Energia KVR Limitada

Nome do responsável - VIKASH RAJNAUTH

Da empresa -

Carimbo


KVR ENERGY LIMITED



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/DITEC/PF

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
(Decreto nº 10.193, 27 de dezembro de 2019)

O DIRETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO, no uso da competência que lhe foi atribuída no inciso I, do Art. 2º da Portaria nº 7.180-DG/PF, de 02 de junho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, publicada no Boletim de Serviço da PF nº 108, de junho de 2017,

RESOLVE:

AUTORIZAR a contratação decorrente do processo nº 08200.023004/2019-30, em cumprimento ao Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2012, e conforme subdelegação de competência prevista na Portaria nº 32/2020-MJSP, de 17 de janeiro de 2020, bem como considerando posterior convalidação dos atos praticado por este signatário pelo Diretor Gera da PF, haja vista que o recurso para realização da despesa já foi liberado pelo Nota de Crédito nº 2019NC005825.

Nesse sentido, informe que trata-se da aquisição dos seguintes itens, que totalizam a importância a ser paga de R\$ 688.760,00 (seiscentos e oitenta e oito mil setecentos e sessenta reais).

Item: 2

Descrição: AERONAVES TELEGUIADAS

Descrição Complementar: AERONAVES TELEGUIADAS, NOME AERONAVES TELEGUIADAS

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 6

Valor Estimado: R\$ 255.013,3000

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: FLIR SYSTEMS BRASIL COMERCIO DE CAMERAS INFRAVERMELHAS , pelo melhor lance de R\$ 136.940,0000 e a quantidade de 6 UNIDADE .

Item: 4

Descrição: AERONAVES TELEGUIADAS

Descrição Complementar: AERONAVES TELEGUIADAS, NOME AERONAVES TELEGUIADAS

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 26

Valor Estimado: R\$ 29.406,1000

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: FLIR SYSTEMS BRASIL COMERCIO DE CAMERAS INFRAVERMELHAS , pelo melhor lance de R\$ 23.860,0000 e a quantidade de 26 UNIDADE .

Eventos do Item			
Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	10/10/2019 14:26:32	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: FLIR SYSTEMS BRASIL COMERCIO DE CAMERAS INFRAVERMELHAS, CNPJ/CPF: 07.204.578/0001-09, Melhor lance: R\$ 23.860,0000
Homologado	14/10/2019 15:56:29	SILVINEI VASQUES	

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Ordenador de Despesa**, em 20/01/2020, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13571937** e o código CRC **1CA6EAB7**.